

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

ALINE FIGUEREDO ALANO

**PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO: UM ESTUDO
COMPARATIVO DAS CONTRATAÇÕES EFETUADAS PELO BADESC EM
SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2008 À 2012**

CRICIÚMA

2013

ALINE FIGUEREDO ALANO

**PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTO: UM ESTUDO
COMPARATIVO DAS CONTRATAÇÕES EFETUADAS PELO BADESC EM
SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2008 À 2012**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Júlio Cesar Zilli, Especialista

CRICIÚMA

2013

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desembolsos BNDES em R\$ bilhões (2008-2012).....	14
Figura 2 - Distribuição das Gerências.	22
Figura 3 - Organograma BADESC.	23
Figura 4 - Número de contratações por fonte de recursos (2008-2012).....	45
Figura 5 - Valor das contratações por fonte de recurso (2008-2012).....	46
Figura 6 - Distribuição das contratações por setor (2008-2012).....	47
Figura 7 - Distribuição dos recursos por setor (2008-2012).	48
Figura 8 - Evolução do volume de contratações em números.....	49
Figura 9 – Evolução dos valores contratados (2008-2012).	50
Figura 10 – Localização mesorregião Vale do Itajaí.....	51
Figura 11 - Localização mesorregião Oeste.....	54
Figura 12 - Localização mesorregião Sul catarinense.....	57
Figura 13 - Localização mesorregião Grande Florianópolis.	61
Figura 14 - Localização mesorregião Norte.....	64
Figura 15 - Localização mesorregião Planalto Serrano.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Participação percentual das grandes regiões no PIB (2002-2010).	15
Tabela 2 - Distribuição Regional.	21

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - História financeira.....	16
Quadro 2 – Linhas de crédito.	25
Quadro 3 - Abrangência BNDES automático.	25
Quadro 4- Abrangência BNDES PSI.	27
Quadro 5 - Itens financiáveis BNDES PSI Bens de capital.	27
Quadro 6- Condições de apoio a capital de giro.	28
Quadro 7- Condições para cerealistas, e para micro, pequenas e médias empresas.	28
Quadro 8 - Taxa de juros PSI.....	29
Quadro 9- Participação do BNDES.	29
Quadro 10 - Prazos BNDES.....	30
Quadro 11 - Características de apoio financeiro.	31
Quadro 12- Empresas que podem ser atendidas pelo BNDES Progeren.	32
Quadro 13 - Valores das taxas.....	33
Quadro 14 - Abrangência BADESC Fomento.	36
Quadro 15 - Encargos financeiros BADESC Fomento.	37
Quadro 18 - Valor dos recursos liberados na regional Blumenau.	52
Quadro 19 – Direcionamento de recursos regional Blumenau.	53
Quadro 20 – As cidades que mais contrataram no período em Blumenau.	54
Quadro 21- Valor dos recursos liberados na regional Chapecó.	55
Quadro 22 - Direcionamento de recursos regional Chapecó.	56
Quadro 23 – As cidades que mais contrataram no período em Chapecó.....	57
Quadro 24 - Valor dos recursos liberados na regional Criciúma.	58
Quadro 25 - Direcionamento de recursos regional Criciúma.....	59
Quadro 26 – As cidades que mais contrataram no período em Criciúma.	60
Quadro 27 - Valor dos recursos liberados na regional Florianópolis.	62
Quadro 28 - Direcionamento de recursos regional Florianópolis.....	63
Quadro 29 – As cidades que mais contrataram no período em Florianópolis.	63
Quadro 30 - Valor dos recursos liberados na regional Joinville.....	65
Quadro 31 - Direcionamento de recursos regional Joinville.	66
Quadro 32 – As cidades que mais contrataram no período em Joinville.....	66
Quadro 33 - Valor dos recursos liberados na regional Lages.	68

Quadro 34 - Direcionamento de recursos regional Lages.	69
Quadro 35 - As cidades que mais contrataram no período em Florianópolis.	69
Quadro 36 – Síntese dos resultados da pesquisa.	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	10
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos específicos	11
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO	13
2.2 FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO.....	15
2.3 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	18
2.3.1 O BNDES	19
2.3.2 O BADESC	21
2.3.3 Linhas de crédito disponibilizadas pelo BADESC	24
2.3.3.1. Via recursos do BNDES	25
2.3.3.1.1 <i>BNDES Automático</i>	25
2.3.3.1.3 <i>BNDES Progeren</i>	31
2.3.3.1.4 <i>BNDES Finame</i>	34
2.3.3.2 Com recursos próprios do BADESC.....	35
2.3.3.2.1 <i>BADESC Microempresa</i>	35
2.3.3.2.2 <i>BADESC Fomento</i>	36
2.3.3.2.3 <i>BADESC Emergencial</i>	38
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	40
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	41
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	42
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	43
4 ANALISE DOS DADOS DA PESQUISA	44
4.1 AS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTO EM SANTA CATARINA.....	44
4.1.1 Quantidade de contratações versus valor em R\$	45
4.1.2 Contratações por setor público ou privado em quantidade versus valor em R\$	46
4.1.3 Evolução das contratações em quantidade versus valor em R\$	48

4.2 AS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTO POR REGIONAIS.....	50
4.2.1 Regional de Blumenau.....	51
4.2.2 Regional de Chapecó.....	54
4.2.3 Regional de Criciúma.....	57
4.2.4 Regional de Florianópolis.....	60
4.2.5 Regional de Joinville.....	64
4.2.6 Regional de Lages.....	67
4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	70
5 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira cresce em ritmo lento. O PIB brasileiro fechou o ano de 2012 com um crescimento de 0,9% em relação a 2011, totalizando R\$ 4,403 trilhões. O resultado foi o pior desde 2009 quando o PIB brasileiro teve uma baixa de 0,3% em relação ao ano anterior (IBGE, 2013).

Tratando-se de uma análise pelos setores de serviços, indústria e agropecuária, o único que apresentou alta foi o setor de serviços, que cresceu 1,7%, destacando-se os serviços de informação, seguido por administração, saúde e educação pública. Os outros dois setores apresentaram queda. A indústria obteve queda de 0,8%, e a agropecuária obteve uma queda ainda maior de 2,3%, devido ao fraco desempenho da pecuária e da queda de produção e perda de produtividade de produtos da lavoura como trigo, feijão, fumo, arroz, soja, cana, laranja, mandioca e algodão (IBGE, 2013).

Mesmo com o baixo crescimento brasileiro, o início da segunda década deste século traz boas perspectivas em relação ao desenvolvimento socioeconômico. Diferente do que ocorria na política de tempos atrás, os governos atuais estão continuando os trabalhos iniciados por governos anteriores, propiciando assim um engajamento maior em temas importantes nos campos sociais e econômicos (IPEA, 2011).

Após ser afetado pela crise financeira internacional, o governo brasileiro adotou medidas fiscais e tributárias para diminuir os efeitos da crise externa, e, fortalecer o mercado interno. As medidas foram tomadas na área social, com programas que ajudam a diminuir a desigualdade social, criando assim um melhor poder de compra para sociedade de baixa renda, e, no campo econômico, onde um dos fatores foi a oferta de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) oferecido ao setor privado, que triplicou o volume, além de redução fiscal para alguns segmentos da indústria como a chamada 'linha branca' (IPEA, 2011).

Foi somente no segundo semestre de 2009 que os efeitos destas medidas passaram a apresentar resultados visíveis, e a economia brasileira começou a retomar seu crescimento (IPEA, 2011).

Ter sofrido com os efeitos da crise internacional, mostrou o quanto o Brasil é dependente de outras economias, e vulnerável a estas oscilações, precisando ter políticas fiscais e monetárias de apoio a produção brasileira (IPEA, 2011).

O estado de Santa Catarina, localizado ao sul do Brasil, conta com uma área de 95,4 mil km² dividida entre seus 293 municípios (SEBRAE, 2010). O PIB do estado foi o oitavo do País em 2009, registrando R\$ 129,8 bilhões (FIESC, 2012).

A economia catarinense conta com um desenvolvimento equilibrado entre suas regiões, pois conta com vários pólos industriais distribuídos nas seis regiões, dentre eles estão o cerâmico, de plástico, vestuário, carvão, de móveis, naval, metalurgia e tecnológico (FIESC, 2012).

Segundo as informações da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do ano de 2011, Santa Catarina possuía 202.810 estabelecimentos que geravam 2.061.577 empregos formais. Para elevar o número de empresas e conseqüentemente o número de empregos formais, ou ainda para expandir as empresas já existentes, muitos empresários recorrem a financiamentos para estes investimentos.

Com base nessas informações, o estudo tem como objetivo, analisar os programas de financiamentos para investimentos contratados pelo BADESC por região em Santa Catarina no período de 2008 à 2012.

O presente estudo será dividido cinco capítulos, o primeiro apresentará o problema, os objetivos e a justificativa para este estudo. No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica, o embasamento da pesquisa, conceitos sobre financiamento, desenvolvimento e crédito, bem como as instituições que farão parte da pesquisa e as linhas de crédito disponibilizadas.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, com o intuito de analisar as contratações efetuadas pelo BADESC entre 2008 e 2012. O quarto capítulo traz a análise dos dados obtidos na pesquisa documental, e o capítulo cinco apresenta as considerações finais deste trabalho.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países em desenvolvimento, buscavam ter um crescimento econômico mais ágil e, mais próximo aos estágios de desenvolvimento dos países de primeiro mundo. Foi desta situação que foram criados os primeiros organismos públicos de fomento, os chamados Bancos de Desenvolvimento (GARTNER, 1998).

Segundo Santos (1999, p.106), os bancos de desenvolvimento são:

Instituições financeiras públicas não federais, obrigatoriamente constituídas sob a forma de sociedade anônima, com sede na capital do Estado que detiver seu controle acionário. De sua denominação deve contar a expressão "Banco de Desenvolvimento", seguida do nome do Estado em que tenha sede.

A tendência ao crescimento econômico mais ágil pode ser verificada também no Brasil em 1952, então governo de Getúlio Vargas, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), que teve finalidade de incrementar o desenvolvimento econômico do Brasil (GARTNER, 1998). No início dos anos 80, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), incluindo as questões sociais a sua política de desenvolvimento (BNDES, 2013).

Santos (1999, p. 106) afirma que o objetivo principal dos bancos de desenvolvimento é:

Propiciar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários ao financiamento, a médio e longo prazos, de programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado onde ele tiver sede.

Após a criação do BNDES, outras entidades de desenvolvimento foram criadas em níveis regionais e estaduais, sendo que no sul do Brasil, temos o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) a nível regional, atendendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, a nível estadual destaca-se o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC). Os bancos e companhias de desenvolvimento em nível estadual, foram criadas por seus governos estaduais com a finalidade de apoiar as iniciativas econômicas de seus Estados (GARTNER, 1998).

O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC) apóia as iniciativas econômicas de interesse do estado, operando com o sistema

BNDES e com órgãos estaduais, como as Secretarias de Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio. Além da sua matriz localizada em Florianópolis, que atende a esta região, atua também com coordenadorias regionais nos municípios de Blumenau, Joinville, Criciúma, Lages, Chapecó e Caçador. As coordenadorias regionais são responsáveis pela oferta de financiamentos para a região a qual atendem, e pelas informações cadastrais das empresas do seu raio de ação (GARTNER, 1998).

No ano de 2012, o BADESC concedeu R\$ 407,7 milhões em financiamentos, destes, R\$ 211,3 milhões foram concedidos ao setor privado, e os outros R\$ 196,4 milhões foram concedidos às prefeituras (BADESC, 2013).

Diante do exposto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Quais os programas de financiamento para investimento contratados pelo BADESC por região em Santa Catarina no período 2008 à 2012?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os programas de financiamentos para investimentos contratados pelo BADESC por região em Santa Catarina no período 2008 a 2012.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar as contratações de financiamento efetuadas pelo BADESC em Santa Catarina;
- b) Analisar as contratações de financiamento efetuadas pelas regionais do BADESC em Santa Catarina.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem por objetivo analisar os programas de financiamentos para investimentos contratados pelo BADESC por região de Santa Catarina no período 2008 à 2012.

O trabalho torna-se importante para o Estado, pois apresentará um panorama do crescimento regional, e com que tipo de financiamento este crescimento se torna possível. Para os empreendedores, se torna importante para que tenham uma visão da viabilidade de se investir no estado.

Torna-se importante aos empresários para que possam avaliar a competitividade que o surgimento de novas empresas venham a influenciar nas empresas já existentes. E por fim, torna-se importante para a acadêmica, por ser uma oportunidade de adquirir mais conhecimento sobre o estágio que desenvolve atualmente.

O trabalho se torna relevante pelo fato de apresentar a comunidade em geral, as possibilidades de financiamento à longo prazo ofertadas pelo BADESC, e estimular novos empreendedores a se instalar no estado de Santa Catarina.

O estudo se torna oportuno, visto que, o estado encontra-se em constante crescimento, e alvo de vários investidores, que buscam linhas de crédito para que possam empreender e tornar viável seus investimentos no Estado.

A viabilidade se dá pelo fato de que a acadêmica desenvolve estágio não obrigatório no BADESC, dispondo assim das informações necessárias por parte da GEPLAN – Gerência de Planejamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem o objetivo de fundamentar os assuntos inerentes ao financiamento de longo prazo do desenvolvimento, com base em livros e artigos e outros documentos como dissertações e periódicos.

Serão apresentados conceitos e fundamentos dos assuntos relacionados a concessão de crédito, financiamento, desenvolvimento, bancos de desenvolvimento e fomento.

2.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO

A definição de crédito, segundo Silva (2000), consiste na entrega de um valor presente, mediante uma promessa de pagamento futuro. Schrickel (2000), complementa esta definição afirmando que o crédito ocorre quando há vontade de alguém ceder parte de seu patrimônio à terceiros, esperando que este o devolva integralmente após o término do tempo estipulado.

Nos caso dos bancos, que tem como atividade principal a intermediação financeira, Silva (2000, p. 63) define o crédito de forma que:

Consiste em colocar à disposição do cliente (tomador de recursos) certo valor sob a forma de empréstimo ou financiamento, mediante uma promessa de pagamento numa data futura.

O patrimônio a ser cedido em crédito deve ser propriedade de quem cede, porém no caso de bancos, que atuam como intermediadores financeiros, o crédito não é propriedade do banco, mas as autoridades monetárias lhes garantem o direito de intermediação (SCHRICKEL, 2000).

Financiamento e empréstimo são conceitos que embora vinculados a operações de concessão de crédito, tem finalidades de aplicação de recursos diferentes. No financiamento as operações envolvem aquisição de máquinas, veículos, equipamentos, ou ainda outros bens que já possam servir como garantia das operações. Já nos empréstimos o crédito não tem destinação específica e pode ter qualquer tipo de garantia desde que ambas as partes estejam de acordo (BERNI, 1999).

As linhas de crédito, seja empréstimo ou financiamento, devem ser reembolsadas em valores, sendo este constituído do crédito tomado mais os

encargos. Porém, há riscos das empresas não conseguirem cumprir com suas obrigações, e por este fato os agentes financeiros operam com garantias complementares (BERNI, 1999).

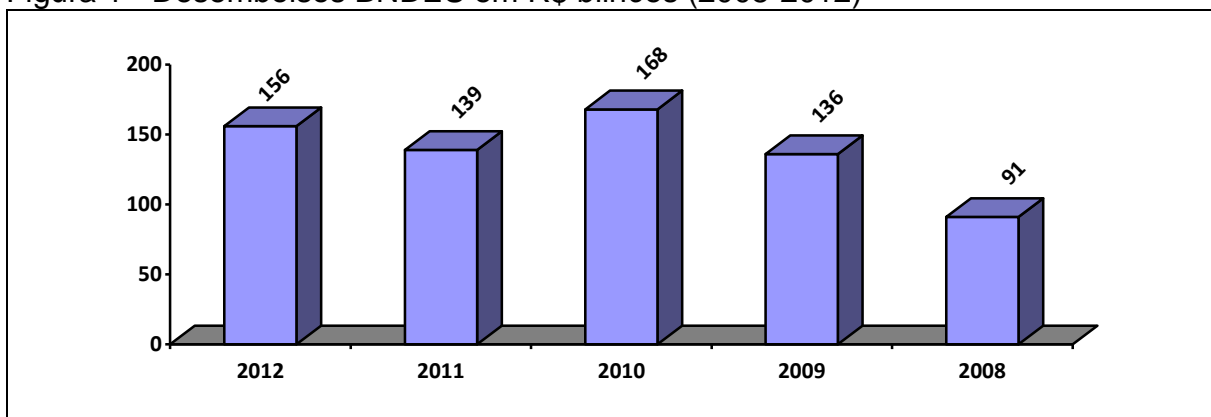
A concessão de crédito bancário leva em conta inúmeros fatores, que Berni (1999) sintetiza em três palavras-chaves: confiança, mérito e oportunidade. Confiança diz respeito à situação financeira e comercial das empresas, bem como outros fatores que afetam direta ou indiretamente o desempenho, comportamento e solvência da empresa. Mérito reporta-se as empresas idôneas e equilibradas, e a palavra-chave oportunidade, refere-se ao momento e a modalidade mais adequada de crédito a ser oferecida ao cliente (BERNI, 1999).

Para atender a necessidade de recursos de longo prazo, e viabilizar o desenvolvimento econômico nos anos 1950, foi criado um banco de desenvolvimento e fomento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (LIMA, 2007).

Sua criação deu-se a fim de executar o processo de desenvolvimento econômico, e ser o principal responsável por obter e repassar recursos de longo prazo, e gerir o desenvolvimento do Brasil, definindo e financiando projetos de importância para o desenvolvimento econômico do país (LIMA, 2007).

O BNDES desembolsou em 2012, R\$ 156 bilhões para viabilizar 1.028.440 operações de crédito, sendo que deste valor foram destinados R\$ 29,1 bilhões a região sul do Brasil, por meio de 311.189 operações destinadas ao financiamento do desenvolvimento sul-brasileiro. A seguir apresenta-se a evolução dos desembolsos do BNDES no período 2008-2012 (BNDES, 2012a).

Figura 1 - Desembolsos BNDES em R\$ bilhões (2008-2012)



Fonte: BNDES (2012a).

Pose-se observar na Figura 1 que em relação ao ano de 2011, houve um acréscimo de cerca de 11% nos desembolsos em 2012, que justifica-se segundo o BNDES (2012), por dois fatores (BNDES, 2012a):

1. Conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal para estimular o crescimento dos investimentos, no país, nos setores público e privado;
2. Continuidade do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), com novas reduções das taxas de juros.

2.2 FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão do desenvolvimento econômico despertou o interesse dos economistas, que perceberam que o investimento influenciava muito na taxa de crescimento econômico. Este fato trouxe à tona discussões, de um lado a ineficiência da poupança em países subdesenvolvidos, e de outro, muitos argumentavam que a poupança existia, porém de forma reduzida, e o bloqueio se dava pelo fato da falta de meios adequados para o financiamento do investimento (SAES, 2001).

O desenvolvimento socioeconômico do Brasil deu-se de forma diferenciada entre as regiões ao longo da história, gerando um cenário de desigualdades. Essas desigualdades foram acentuadas com a globalização, e com a falta de políticas que dissolvam a concentração do desenvolvimento (IPEA, 2011).

Com relação ao desenvolvimento das regiões brasileiras, a Tabela 1 destaca a participação percentual das grandes regiões no Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2002 á 2010.

Tabela 1- Participação percentual das grandes regiões no PIB (2002-2010).

Grandes Regiões	Participação percentual no Produto Interno Bruto (%)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3

Fonte: IBGE, em parceria com órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (2012, p. 13).

De acordo com a Tabela 1, as regiões Sul e Sudeste possuem uma atividade econômica mais forte, tendo sua economia sustentada pelos setores primário, secundário e terciário. Já as regiões Norte e Nordeste não possuem em seu território atividades econômicas diversificadas, o que gera a desigualdade (IPEA, 2011).

Sobre a relação entre financiamento e desenvolvimento econômico, Pinto (2008) cita duas teorias que partem desta relação, porém trazem conclusões diferentes. Uma delas tem base na Teoria dos Fundos Emprestáveis, a tese de que investimento requer poupança prévia, que procura mostrar que o financiamento do desenvolvimento somente depende da disponibilidade de poupança. Desta forma, o crédito seria apenas uma operação contábil e as instituições financeiras não teriam papel ativo no financiamento do desenvolvimento, sendo apenas intermediadoras de poupanças. Outra teoria citada por Pinto (2008), que contraria a anterior, é com base na Teoria de Keynes, onde o investimento é a causa da renda e da poupança, onde o crédito e as instituições financeiras têm papel muito importante no desenvolvimento das economias.

Costa e Deos (2002) dividiram a história financeira em ciclos, com base em marcos institucionais, definidos a partir de inovações financeiras, conforme destaca-se no Quadro 1:

Quadro 1 - História financeira.

CICLO	CARACTERÍSTICAS
1º Ciclo	O primeiro ciclo vai do início do período colonial, até a criação do primeiro banco no país. Caracteriza-se pela economia de escambo, este comércio fez o papel de banqueiro. A fortuna era composta de escravos, terras e engenhos difíceis de transformar em dinheiro.
2º Ciclo	O segundo ciclo, chamado de abertura financeira, inicia-se em 1808, com uma fase de grande endividamento com o exterior. Para se pagar uma dívida, se contraía novos empréstimos, e assim sucessivamente. Encerra-se pelo fechamento da economia no cenário internacional, em consequência da Primeira Guerra Mundial.
3º Ciclo	Neste ciclo, recorre-se a menos empréstimos estrangeiros e, há progressos nos mecanismos de financiamento interno. A participação dos bancos estrangeiros diminui e eles deixam de ter importância primordial no sistema bancário brasileiro. É criado um sistema bancário nacional, que se expande ao longo do período. Com o processo de industrialização, o setor industrial necessitava de financiamentos para capital de giro a curto e médio prazo, além de volumes de grandes recursos com longo prazo para pagamento. O sistema de financiamento existente neste período se tornara um entrave ao crescimento econômico.
4º Ciclo	Inicia-se com a reforma do sistema financeiro em 1964, quando há novamente pequena abertura de captações no mercado internacional, e são criadas instituições financeiras nacionais com fins específicos. Encerra-se em 1994 com a destruição de regras e contratos que vigoravam desde a referida reforma. Novas instituições financeiras foram criadas com atribuições específicas.

Continua...

...Continuação

Ciclo Atual	O ciclo atual caracteriza-se por uma busca da diminuição do papel do Estado no controle dos financiamentos da economia brasileira, um processo de liberação econômica.
-------------	--

Fonte: Costa e Deos (2002).

O financiamento de longo prazo no Brasil tem seus entraves, pois o país possui uma poupança doméstica pequena e de curto prazo, os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dos depósitos de poupança não são suficientes para atender a demanda de financiamentos deste tipo, os riscos são maiores nestes casos e afastam investidores e bancos privados, entre outros fatores (FREITAS, 2011).

O setor privado poderia ser um importante financiador de recursos para investimentos, quando o setor público encontrar limitações para fazê-lo, porém não tem se mostrado focado nesta possibilidade, já que os seis maiores bancos privados nacionais (Itaú/Unibanco, Bradesco, Santander, HSBC, Votorantim e Safra) tem 60% de suas operações de crédito com período inferior a um ano, e não destinam mais que 5% das suas operações de crédito as operações de maior risco, com longo prazo (IPEA, 2011).

O crédito tem fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer região e pode causar grandes impactos em uma economia, sendo usado pelo governo como instrumento de política econômica, por meio da regulação financeira (ARAÚJO, 2010).

A regulação financeira por parte do governo faz-se com a criação de mecanismos para o melhor funcionamento dos mercados financeiros, da política monetária que regula a quantidade de moeda, a taxa de juros e a valorização dos ativos, e do direcionamento de crédito, que objetiva conceder crédito de forma estratégica a determinados setores, regiões ou categorias de empresas (ARAÚJO, 2010).

Para incentivar a criação de um mercado privado que forneça financiamentos de longo prazo, e que ajude os fornecedores públicos, o governo federal lançou em dezembro de 2010 o pacote de estímulos ao financiamento de longo prazo, desonerando alguns impostos a fim de desenvolver o mercado secundário e contribuir para ampliar a liquidez (FREITAS, 2011).

2.3 BANCOS DE DESENVOLVIMENTO

A criação do BNDE (hoje BNDES) em 20 de junho de 1952 pela lei nº 1.628, foi o primeiro passo para a implantação do Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento. O Governo Federal tinha como objetivo, executar um reaparelhamento dos serviços básicos de infraestrutura, que eram fatores de inibição do desenvolvimento da economia nacional, e o BNDE se tornou o principal agente da execução da política de investimentos do governo (WILSON, 1988).

O Banco Central do Brasil (1968), por meio da resolução 93/68, que foi marco institucional na criação dos bancos de desenvolvimento, define estas instituições de forma que:

Os bancos estaduais ou interestaduais de desenvolvimento (a seguir mencionados abreviadamente "bancos de desenvolvimento") são instituições financeiras de âmbito regional, sob controle, isolado ou conjunto, de governos estaduais, especializadas em operações a médio e longo prazos, para suprimento de capital fixo ou de movimento, mediante aplicação de recursos próprios ou de terceiros, com vistas ao desenvolvimento econômico-social das respectivas áreas de atuação. Além do suprimento de recursos financeiros, compreendem-se no âmbito de atividades dos bancos de desenvolvimento a garantia de operações de crédito e a prestação de assistência técnica direta para a formação e o aperfeiçoamento de pessoal especializado, visando ao preparo e à execução de projetos de desenvolvimento e de melhoria de produtividade.

Os bancos de desenvolvimento regionais podem se tornar parceiros do governo para promover a descentralização do acesso ao crédito no Brasil. Os bancos privados caracterizam como inviável o atendimento a regiões pouco desenvolvidas, com investimentos de alto risco e longo prazo de maturação, e tendem a buscar a comercialização de seus produtos em regiões mais desenvolvidas, com menos riscos às operações (ARAÚJO, 2010).

Por este motivo torna-se indispensável em regiões subdesenvolvidas a presença de bancos de desenvolvimento, que atendam as necessidades destas regiões, dando o suporte de crédito que os bancos privados não atendem (ARAÚJO, 2010).

Apesar de que devem ter resultados financeiros sólidos, os bancos de desenvolvimento não devem ter a visão de lucro, deve-se ter claramente que seu objetivo principal é a busca pelo desenvolvimento da região onde se encontra (ARAÚJO, 2010).

O principal banco de desenvolvimento brasileiro é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável (BNDES), que será apresentado no item 2.3.1.

2.3.1 O BNDES¹

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 20 de junho de 1952 pela Lei 1.628, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi uma das principais medidas para o cumprimento do prometido durante sua campanha: uma política nacionalista, voltada para a questão trabalhista, focado no processo de industrialização. Foi criado, como uma entidade autárquica, com autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, inicialmente sob a jurisdição do Ministério da Fazenda.

O Plano Nacional de Reparcelamento Econômico criado em 1951, teve entre seus objetivos, a expansão de serviços básicos de infraestrutura, que travavam o processo de industrialização. Porém, diante da falta de recursos para a execução do plano, o governo brasileiro acordou com o governo norte-americano uma colaboração financeira por meio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do *Export - Import Bank* (Eximbank), além de acordar a vinda de uma equipe técnica para ajudar no desenvolvimento do programa.

Junto aos técnicos americanos foi criada uma comissão técnica brasileira, que formaram em sua união, a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU). A CMBEU atuou de 19 de julho de 1951 a 31 de julho de 1953, analisando os principais problemas da economia brasileira. Os 41 projetos apresentados mostravam os gargalos do desempenho industrial brasileiro. Desta forma, sugeriu-se a criação de um banco de desenvolvimento para gerir o Fundo de Reparcelamento, e dar andamento aos projetos.

O BNDES seria responsável por negociar os empréstimos financeiros para financiar o Plano de Reparcelamento e executar as operações financeiras ligadas, além de ser o responsável pelas análises econômicas e pela identificação

¹ Todas as informações sobre o BNDES foram retiradas do livro institucional “BNDES Um banco de história e do futuro, 2012”.

dos problemas do país. Por meio do BNDES, o Estado além de garantir e promover a industrialização se torna responsável pela modernização brasileira.

O banco iniciou suas atividades nas instalações do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, e somente em 1953 passou a atuar em sede própria, com uma organização bem definida, contando com seis departamentos: Econômico, Técnico, Financeiro, Jurídico, de Controle e Administrativo. Os funcionários se dividiam entre advogados, economistas, engenheiros, assistentes técnicos e auxiliares administrativos. Desde o início preocuparam-se em implantar concursos públicos para admissão de pessoal por meio de provas e títulos, o primeiro foi realizado em 1954.

Em 1954, com o agravamento da crise econômica e crise política em alta, Getúlio Vargas suicidou-se. Em 1955 Juscelino Kubitschek venceu as eleições e ao assumir criou o Plano de Metas com o objetivo de continuar e incrementar o processo de industrialização. O BNDES foi fundamental tanto na elaboração do plano, quanto no seu gerenciamento e financiamento.

A história do BNDES muitas vezes é confundida com a história econômica do Brasil, pois desde sua criação, atua como o grande agente de transformação da economia, financiando projetos e empreendimentos que impulsionam o desenvolvimento brasileiro.

A estabilidade da economia nos últimos anos trouxe uma base para a retomada do crescimento. Somente com maior investimento e inovação, se torna possível a redução das desigualdades regionais e sociais, a melhora da infraestrutura, e o avanço das indústrias, com mais produtividade, para que haja maior competitividade da economia nacional.

Em seis décadas de existência, o BNDES acompanhou o desenvolvimento brasileiro, e passou por diversos momentos, se adaptando aos momentos vividos pelo país e pelo mundo. Juntamente ao Governo Federal, participou das transformações, criando condições econômicas para o desenvolvimento brasileiro.

Para que possa atender todo o território nacional, o BNDES trabalha com uma rede de instituições financeiras credenciadas, por meio de operações indiretas, onde o banco repassa os recursos às instituições financeiras, e estas por sua vez têm responsabilidade de análise, aprovação do crédito e definição de garantias. Em

Santa Catarina uma das instituições financeiras credenciadas é a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC (BNDES, 2013)

2.3.2 O BADESC²

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado. Foi criada pela Lei nº 4.950, de 11/11/1973 e instalada oficialmente em 01/08/1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado de Santa Catarina, mediante a prática da aplicação de recursos financeiros no âmbito de sua competência, definida pela legislação federal pertinente (BADESC, 2013a).

A partir da Lei nº 10.912 de 15 de setembro de 1998, oficialmente instalada em ata do Conselho de Administração no dia 19 de janeiro de 1999, foi transformada de "banco de desenvolvimento" em "agência de fomento", nos termos da Resolução 2828/98, do Banco Central do Brasil (BADESC, 2013a).

O BADESC tem como missão fomentar o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, de forma sustentável, por meio de financiamentos de médio e longo prazo. Tem como foco disponibilizar soluções financeiras e estratégicas voltadas a projetos estruturantes, investimentos produtivos e de infraestrutura. Sua visão de futuro é ser instrumento financeiro de referência em Santa Catarina na promoção do desenvolvimento econômico, social e sustentável (BADESC, 2013a).

O BADESC atende todo o estado por meio de suas 6 (seis) gerências regionais, cada qual responsável por uma mesorregião, de acordo com a Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição Regional.

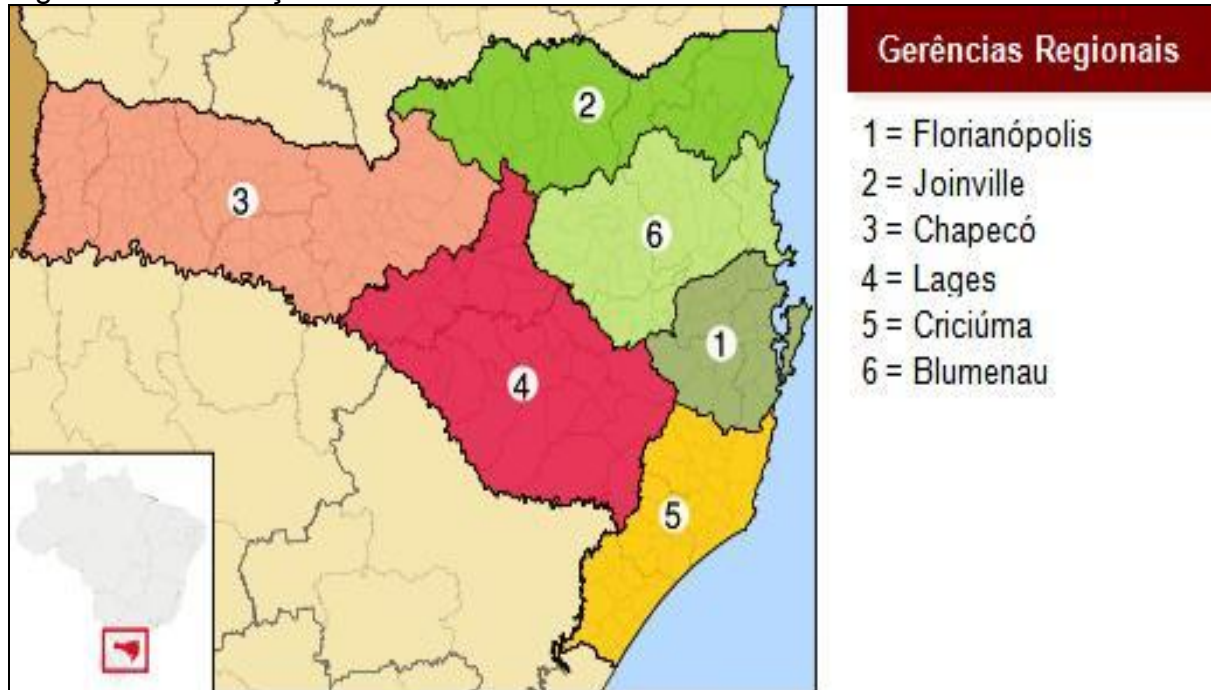
Regional	Atendimento
Florianópolis	Grande Florianópolis
Joinville	Norte Catarinense
Chapecó	Oeste Catarinense
Lages	Serrana
Criciúma	Sul Catarinense
Blumenau	Vale do Itajaí

Fonte: BADESC (2013a).

² Todas as informações institucionais foram extraídas na íntegra do *síte* institucional do BADESC.

A área de abrangência de cada regional é apresentada na Figura 2 destacando as regionais de Florianópolis, Joinville, Chapecó, Lages, Criciúma e Blumenau.

Figura 2 - Distribuição das Gerências.



Fonte: BADESC (2013a).

Dentre os objetivos do BADESC, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações (BADESC, 2013a):

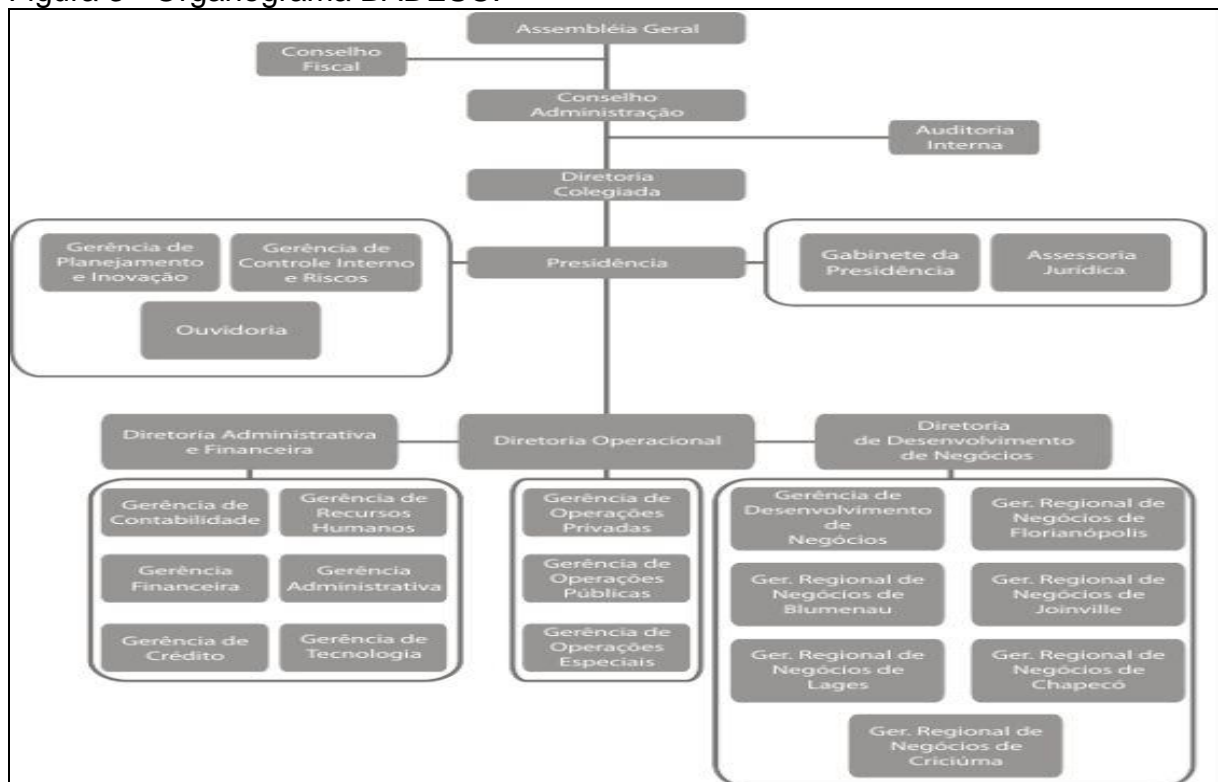
- a) o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- b) financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- c) atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC);

- d) atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - BADESC Cidades;
- e) financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- f) financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- g) formação de fundos específicos para atender a setores prioritizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

Competem à diretoria todos os atos necessários ao regular funcionamento do BADESC, que, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades Anônimas, fica a diretoria investida de amplos e gerais poderes de gestão.

A diretoria do BADESC é composta por quatro diretores, sendo um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente e Diretor de Operações, um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e um Diretor Administrativo e Financeiro, todos eleitos pelo Conselho de Administração. O Diretor Vice-Presidente acumulará uma das demais Diretorias. O organograma da instituição é destacado na Figura 3 (BADESC, 2013a).

Figura 3 - Organograma BADESC.



Fonte: BADESC (2013a).

2.3.3 Linhas de crédito disponibilizadas pelo BADESC³

O BADESC opera em Santa Catarina viabilizando a concessão de crédito às empresas do Estado por meio de três modalidades: operações diretas, operações via recursos de repasse e operações via OSCIP's - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (BADESC, 2013b).

Nas operações diretas, a negociação ocorre diretamente entre o BADESC e o cliente, sem intervenção de intermediários. Todas as etapas do processo operacional desde o atendimento até a liberação de crédito são responsabilidades do BADESC. Estas operações geralmente são viabilizadas com recursos próprios (BADESC, 2013b).

O BADESC atua também como agente repassador de recursos financeiros, sendo intermediário entre o agente financeiro possuidor de recursos e o cliente, são as chamadas operações via recursos de repasse. Nestas operações a tramitação do processo, bem como documentações necessárias e etapas seguem as exigências dos agentes financeiros conveniados. O BADESC além dos normativos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil tem ainda que cumprir vários processos para a aprovação de uma operação de crédito (BADESC, 2013b).

Além destas operações que são feitas em agências próprias, o BADESC atua com o repasse de recursos financeiros para as organizações de microcrédito do Estado de Santa Catarina, chamadas de OSCIP's. Estes recursos são destinados à população de baixa renda, que tem dificuldades para acessar o sistema financeiro tradicional, para estruturação e expansão de pequenos negócios, formais e informais. Os valores destas operações variam de R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00 (BADESC, 2013b).

A seguir serão apresentadas as linhas de crédito mais operacionalizadas pelo BADESC com recursos próprios e com recursos de repasse do BNDES, no período de abrangência desta pesquisa.

³ As informações sobre as linhas de financiamento foram retiradas dos sites institucionais do BADESC e do BNDES.

Quadro 2 – Linhas de crédito.

Linhas de crédito mais operacionalizadas pelo BADESC	
Via recursos do BNDES	<ul style="list-style-type: none"> • Automático • Progeren • PSI • Finame
Com recursos próprios	<ul style="list-style-type: none"> • Microempresa • Fomento • Emergencial

Fonte: Adaptado de BADESC e BNDES (2013).

2.3.3.1. Via recursos do BNDES

O BADESC atua em Santa Catarina como agente repassador de recursos do BNDES, tendo como principais linhas de crédito o BNDES automático, PSI, Progeren e Finame que serão explorados nesta seção.

2.3.3.1.1 BNDES Automático

O BNDES Automático financia projetos de investimento de até R\$ 10 milhões, sendo que o beneficiário pode solicitar a cada 12 meses. Destina-se à empresas de qualquer porte, e financia (BADESC, 2013a):

Quadro 3 - Abrangência BNDES automático.

a)	Obras civis, montagem e instalações;
b)	Máquinas e equipamentos novos, aí incluídos os conjuntos e sistemas industriais produzidos no País e constantes do Credenciamento de Fabricantes Informatizado - CFI do BNDES, que apresentem índices de nacionalização, em valor, iguais ou superiores a 60%, ou que cumpram o Processo Produtivo Básico - PPB;
c)	Máquinas e equipamentos usados, de fabricação nacional, apenas para microempresas;
d)	Móveis e utensílios, não isoladamente;
e)	Despesas decorrentes da internação de equipamentos importados, desde que não impliquem em remessa de divisas, mesmo que a importação não seja financiada pelo BNDES;
f)	Gastos com estudos e projetos de engenharia relacionados ao investimento;
g)	Gastos com Qualidade e Produtividade, Pesquisa e Desenvolvimento, Capacitação Técnica e Gerencial, Atualização Tecnológica e Tecnologia da Informação;
h)	Despesas pré-operacionais;
i)	Gastos com a comercialização de novos produtos e serviços;

Continua...

...Continuação

j)	Gastos com treinamento de pessoal;
k)	Reforma de equipamentos e instalações de grande porte, que visem a modernização ou aumento de capacidade produtiva;
l)	Capital de giro associado ao investimento fixo.

Fonte: BNDES (2013a).

O nível de participação financeira em cada operação deverá ser determinado com base na efetiva necessidade da empresa respeitando os níveis máximos apresentados para cada linha de financiamento. Alguns investimentos poderão ter sua participação de até 95% por estarem contemplados pelo Programa de Dinamização Regional (PDR). Em empresas de grande porte o limite de participação financeira é de 70% (BADESC, 2013a).

Os encargos financeiros para empresas de pequeno e médio porte são a remuneração básica de até 0,9% a.a., acrescida da TJLP e da remuneração do BADESC. Já para empresas de grande porte a remuneração BNDES pode chegar a 3,0% a.a., acrescida da TJLP e da remuneração do BADESC (BADESC, 2013a).

Os prazos de carência e total são definidos pelo BADESC em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico. Sendo que o prazo de carência deverá ser definido de forma tal que o término da carência ocorra, no máximo, até 6 meses após a data de entrada em operação comercial do empreendimento (BADESC, 2013a).

Esta linha de financiamento também disponibiliza Capital de Giro Associado que será calculada em função das necessidades específicas do empreendimento, aplicados sobre o investimento fixo financiável, sendo o limite de 70% para Microempresas, 40% para empresas de pequeno e médio porte e até 15% para empresas de grande porte (BADESC, 2013a).

São exigidas garantias reais (imóveis, máquinas, equipamentos) e pessoais negociadas entre o BADESC e o cliente, desde que cubra o Índice de 1,5 vezes o valor do financiamento (BADESC, 2013a).

2.3.3.1.2 BNDES PSI – Bens e Capital

Este programa tem como objetivo o financiamento aos itens apresentados no Quadro 4.

Quadro 4- Abrangência BNDES PSI.

a)	Produção e a aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, inclusive agrícolas, e o capital de giro a eles associados;
b)	Aquisição de ônibus, caminhões, chassis, caminhões-trator, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, aí incluídos os tipo dolly, tanques e afins, novos, de fabricação nacional, e credenciados no BNDES;
c)	Aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, associados a projeto de investimento.

Fonte: BNDES (2013b).

O BNDES PSI - Bens de Capital também contempla a aquisição dos bens mencionados destinados a operações de arrendamento mercantil (BNDES, 2013b).

Os itens financiáveis por este programa são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Itens financiáveis BNDES PSI Bens de capital.

a)	Veículos rodoviários: ônibus, chassis e carrocerias para ônibus, caminhões, caminhões-trator, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, chassis e carrocerias para caminhões, aí incluídos semirreboques tipo dolly e afins, carros-fortes e equipamentos especiais adaptáveis a chassis, tais como plataformas, guindastes, betoneiras, compactadores de lixo e tanques, novos, devidamente registrados no órgão de trânsito competente;
b)	Ônibus elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica;
c)	Máquinas e equipamentos agrícolas novos;
d)	Bens de Informática e Automação, isto é, bens de capital abarcados pela Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática e Automação), de 23.10.1991, e suas alterações, que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB) e que possuam Tecnologia Nacional, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12.12.2006, ou outra que a substitua;
e)	Máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa, desde que passíveis de serem financiados no âmbito do Subprograma Máquinas e Equipamentos Eficientes do Programa Fundo Clima;
f)	Demais máquinas e equipamentos novos, aí incluídos: conjuntos e sistemas industriais, máquinas-ferramenta, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviários e metroviários, tratores e máquinas rodoviários e equipamentos para pavimentação;
g)	Capital de giro associado à aquisição isolada de máquinas e equipamentos nacionais novos, com condições específicas.

Fonte: BNDES (2013b).

As máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, a que se referem os itens 1 a 6, devem estar cadastrados no Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) como passíveis de financiamento pelo BNDES (BNDES, 2013b).

As condições específicas para apoio a capital de giro são apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6- Condições de apoio a capital de giro.

APLICA-SE	NÃO APLICA-SE
a) O financiamento do capital de giro pode ser solicitado somente pelas micro, pequenas e médias empresas; e empresas cerealistas com renda anual inferior a R\$ 500 milhões.	a) Às operações de empresas locadoras de equipamentos;
b) O capital de giro deve ser associado à aquisição isolada de máquinas e equipamentos nacionais e novos;	b) Às operações realizadas nas modalidades Financiamento à Produção de Máquinas e Equipamentos e Financiamento à Fabricante para a Comercialização.
c) A taxa de juros, os prazos e o nível de participação serão os mesmos aplicados ao financiamento das máquinas e equipamentos;	

Fonte: BNDES (2013b).

Há, ainda, condições mais específicas para empresas cerealistas com renda inferior a R\$ 500 milhões, e para micro, pequena e médias empresas, as quais são apresentadas no Quadro 7.

Quadro 7- Condições para cerealistas, e para micro, pequenas e médias empresas.

Enquadramento	Condições
As Empresas cerealistas com renda anual inferior a R\$ 500 milhões:	a) Devem ser classificadas, por setor de atividade, pelos códigos A01.63-6, G46.17-6, G46.22-2, G46.23-1/99, G46.32-0 e H52.11-7/01 na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE, para investimentos relacionados à armazenagem de grãos, códigos H52.11-7/01 e H52.11-7/99 na CNAE do IBGE;
	b) as máquinas e equipamentos devem ser agrícolas e novos;
	c) a parcela financiável de capital de giro associado será limitada a 30% (trinta por cento).
Para micro, pequenas e médias empresas (exceto as cerealistas):	a) A parcela financiável de capital de giro associado será limitada a 50% do valor dos equipamentos, nas operações realizadas com microempresas, e a 30%, nas realizadas com pequenas e médias empresas;
	b) O financiamento ao capital de giro associado não se aplica:
	c) Aos bens de que tratam os itens 1, 2 e 3 da seção Itens financiáveis;
	d) À aquisição de máquinas e tratores rodoviários e agrícolas, inclusive implementos agrícolas e máquinas de pavimentação;
	e) À aquisição de aeronaves;
	f) Às operações destinadas ao arrendamento mercantil dos bens financiados; e
	g) Ao setor de serviços.

Fonte: BNDES (2013b).

A forma de apoio se dá de forma Direta ou Indireta. Para o apoio Direto e Indireto Não Automático o valor mínimo do financiamento é de R\$ 10 milhões (BNDES, 2013b).

Os valores das taxas de juro apresentados no Quadro 8 estão vigentes até 30.06.2013.

Quadro 8 - Taxa de juros PSI.

Itens financiáveis	Taxa de juros
Veículos rodoviários (exceto elétricos)	3% a.a.
Ônibus elétricos	3,5% a.a.
Máquinas e equipamentos agrícolas novos	3% a.a.
Bens de informática e automação	3,5% a.a.
Máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética	3,5% a.a.
Demais máquinas e equipamentos novos	3% a.a.
Capital de giro associado	Igual à taxa do item à qual o capital de giro está associado

Fonte: BNDES (2013b).

A participação máxima do BNDES é destacada no Quadro 9.

Quadro 9- Participação do BNDES.

Porte da empresa	Tipo de apoio	Participação máxima
MPMEs		100%
Média-grandes e grandes empresas e entes da Administração Pública Direta	Aquisição de bens de informática e automação com PPB e Tecnologia Nacional	100%
	Demais itens, desde que não destinados a arrendamento mercantil	90%
	Demais itens, destinados a arrendamento mercantil	70%

Fonte: BNDES (2013b).

O nível de participação do BNDES na parcela correspondente ao capital de giro será equivalente à participação no financiamento das máquinas e equipamentos aos quais o capital de giro esteja associado. Nas operações de aquisição de aeronaves executivas e comerciais, a participação do BNDES não poderá exceder 85% do valor dos itens financiáveis (BNDES, 2013b).

O prazo total, incluídos carência e amortização, são apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 - Prazos BNDES.

Itens financiáveis	Tipo de apoio	Prazo total
Veículos rodoviários	Aquisição de ônibus elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica	Até 12 anos, incluídos 3 a 24 meses de carência
	Aquisição de compactadores e caçambas coletoras de lixo	Até 3 anos, incluídos 3 ou 6 meses de carência
	Demais veículos	Até 10 anos, incluídos 3 ou 6 meses de carência
Demais máquinas e equipamentos	Operações de financiamento de valor acima de R\$ 100 milhões para aquisição de bens de capital, inclusive embarcações de apoio, destinados aos setores portuário, de petróleo e gás, de energia elétrica, de transporte metroviário e de transportes ferroviário e marítimo de carga	Até 10 anos, incluídos 3 a 36 meses de carência
	Máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa	Até 12 anos, incluídos 3 a 24 meses de carência
	Decodificadores (que não se enquadram na característica acima)	Até 3 anos, incluídos 3 ou 6 meses de carência
	Demais operações	Até 10 anos, incluídos 3 a 24 meses de carência
Bens de informática e automação com PPB e Tecnologia Nacional* (desde que não se enquadrem na linha "Máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa")		Até 8 anos, incluídos 3 a 36 meses de carência
Demais bens de informática		Até 5 anos, incluídos 3 a 24 meses de carência
Capital de giro associado		Igual ao prazo do item ao qual o capital de giro está associado

Fonte: BNDES (2013b).

Estes prazos de carência não se aplicam às operações de aquisição de bens destinados a arrendamento mercantil. O limite para financiamento é de R\$ 1 bilhão por grupo econômico, considerando-se as operações contratadas a partir de 01.01.2013 nas formas de apoio direta e indireta (BNDES, 2013b).

As demais condições do financiamento, incluindo as garantias, seguirão as diretrizes de um dos seguintes Produtos, de acordo com as características do apoio financeiro, apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Características de apoio financeiro.

a)	BNDES Finem - aquisição dos bens descritos na seção Itens Financiáveis, associada a projetos de investimento, com valor superior a R\$ 10 milhões
b)	BNDES Finame - aquisição de máquinas e equipamentos
c)	BNDES Finame Agrícola - aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas
d)	BNDES Finame <i>Leasing</i> - aquisição de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento mercantil

Fonte: BNDES (2013b).

As operações do BNDES PSI - Bens de Capital também podem ser enquadradas no Produto BNDES Limite de Crédito. Micro, pequenas e médias empresas podem usar o Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), exceto nos casos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas ou de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento mercantil (BNDES, 2013b).

Para operações indiretas, o interessado deve se dirigir à instituição financeira credenciada de sua preferência. A instituição informará qual a documentação necessária, analisará a possibilidade de concessão do crédito e negociará as garantias. Após aprovação pela instituição, a operação será encaminhada para homologação e posterior liberação dos recursos pelo BNDES (BNDES, 2013b).

2.3.3.1.3 BNDES Progeren

Este programa tem como objetivo aumentar a produção, o emprego e a massa salarial, por meio do apoio financeiro para capital de giro (BNDES, 2013c).

Podem ser clientes do BNDES Progeren as empresas que se enquadrem nas especificações apresentadas no Quadro 12.

Quadro 12- Empresas que podem ser atendidas pelo BNDES Progeren.

Porte da empresa	Enquadramento
Micro e pequenas empresas dos seguintes setores, com seus respectivos códigos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE do IBGE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indústria de transformação (Seção C); 2. Indústria extrativa de petróleo e gás natural (B06); 3. Extração de minerais metálicos, exceto metais preciosos e radioativos (B0710-3, B0721-9, B0722-7, B0723-5 e B0729-4); e 4. Atividades de apoio à extração de minerais (B09); 5. Cultivo de maçãs (A01.33-4/07); 6. Criação de suínos (A01.54-7); 7. Criação de aves (A01.55-5); 8. Aquicultura (A032); e 9. Transporte rodoviário de cargas H49.3).
Médias empresas dos seguintes setores, com seus respectivos códigos na CNAE do IBGE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indústria de transformação (Seção C); 2. Cultivo de maçãs (A01.33-4/07); 3. Criação de suínos (A01.54-7); 4. Criação de aves (A01.55-5); 5. Aquicultura (A032); e 6. Transporte rodoviário de cargas (H493).
Médias-Grandes e Grandes Empresas que pertençam aos seguintes setores, com seus respectivos códigos na CNAE do IBGE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Indústria de bens de capital (C2513-6, C252, C271, C2731-7, C2790-2, C28 e C301); 2. Abate de suínos, aves e outros pequenos animais (C 1012-1); 3. Laticínios (C105); 4. Fabricação de produtos têxteis (C13); 5. Confeccção de artigos do vestuário e acessórios (C14); 6. Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (C15); 7. Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos (C325); 8. Fabricação de equipamentos de informática e periféricos (C262); 9. Fabricação de material eletrônico e de comunicações (C261, C263, C264, C265 e C266); 10. Fabricação de brinquedos e jogos recreativos (C324); 11. Fabricação de móveis (C310, exceto C3104-7); 12. Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis (C1629-3); 13. Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores (C294); 14. Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores (C2722-8); 15. Fabricação de produtos de material plástico (C222); 16. Produção de artefatos estampados de metal (C 2532-2/01);
Médias-Grandes e Grandes Empresas que pertençam aos seguintes setores, com seus respectivos códigos na CNAE do IBGE	<ol style="list-style-type: none"> 17. Fabricação de embalagens metálicas (C 2591-8); 18. Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões (C 2930-1/01); 19. Fabricação de carrocerias para ônibus (C 2930-1/02); 20. Cultivo de maçã (A 0133-4/07); 21. Criação de suínos (A 0154-7); 22. Criação de aves (A 0155-5); 23. Aquicultura (A 032); 24. Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado (C 102); 25. Fundição (C 245); 26. Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais (C 253); 27. Fabricação de ferramentas (C 2543-8/00); 28. Produção de laminados planos de aço (C 2422-9); 29. Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço (C 2424-5)

Continua...

...Continuação

Médias-Grandes e Grandes Empresas que pertençam aos seguintes setores, com seus respectivos códigos na CNAE do IBGE	30. Produção de laminados longos de aço (C 2423-7); 31. Produção de tubos de aço com costura (C 2431-8/00); 32. Produção de outros tubos de ferro e aço (C 2439-3/00); 33. Fabricação de produtos de trefilados de metal, exceto padronizados (C 2592-6/02); 34. Fabricação de produtos cerâmicos (C 234); e 35. Fabricação de vinhos (C 1112-7/00).
As micro, pequenas e médias empresas que não se enquadram nos setores citados anteriormente, mas estão localizadas em municípios abrangidos pela área de atuação do Fundo Constitucional do Norte (FNO) ou do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), também podem ser clientes do BNDES Progeren.	

Fonte: BNDES (2013c).

Podem também ser clientes os empresários individuais, desde que exerçam atividade produtiva enquadrada no programa e estejam inscritos no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e no Registro Público de Empresas Mercantis (RPEM); sociedades cooperativas; e empresas individuais de responsabilidade limitada inscritas no RPEM (BNDES, 2013c).

As formas de apoio podem ser Diretas ou Indiretas. No apoio direto ou indireto não automático (acima de R\$ 10 milhões), o BNDES Progeren financia capital de giro associado a outro projeto de investimento apoiado pelo BNDES. Já no apoio indireto automático (abaixo de R\$ 20 milhões), o programa financia capital de giro de forma isolada (BNDES, 2013c).

As taxas de Juros para este programa no apoio direto incluem Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Risco de Crédito. Nas operações de apoio indireto, as taxas são compostas de Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada. Os valores das taxas são destacados no quadro 13 (BNDES, 2013c).

Quadro 13 - Valores das taxas.

Variável	Taxa de juros
Custo Financeiro	Taxa de juros Selic
Remuneração Básica do BNDES:	para micro e pequenas empresas: 0,4% a.a.
	para médias empresas: 1,3% a.a.
	para média-grandes e grandes empresas: 2% a.a.
Taxa de Risco de Crédito	até 4,18% a.a., conforme risco de crédito do cliente.
Taxa de Intermediação Financeira	as MPMEs estão isentas desta taxa.
Remuneração da Instituição Financeira Credenciada	negociada entre o cliente e a instituição.

Fonte: BADESC (2013c).

O limite de financiamento é de até R\$ 20 milhões, ou 20% da Receita Operacional Bruta (ROB) do cliente, o que for menor. Para cálculo do limite do financiamento, será considerada apenas a ROB anual – ou anualizado, na hipótese de início de atividades no próprio ano – do cliente. Não será aceita a ROB consolidada do grupo econômico a que ele pertença, embora esta última seja adotada para determinar o porte da empresa (BNDES, 2013c).

O prazo total das operações será de até 3 anos, incluído o prazo de carência de 1 a 12 meses e as garantias serão negociadas entre as instituições financeiras credenciadas e o cliente. Não será admitida como garantia a constituição de penhor de direitos creditórios decorrentes de aplicação financeira (BNDES, 2013c).

2.3.3.1.4 BNDES Finame

Esta Linha de financiamento destina-se a financiamentos para a produção e a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES. Pode ser solicitado por empresas de qualquer porte e financia máquinas e equipamentos novos, incluídos os conjuntos e sistemas industriais produzidos no País e constantes do Credenciamento de Fabricantes Informatizado (CFI) do BNDES, que apresentem índices de nacionalização, em valor, iguais ou superiores a 60%, ou que cumpram o PPB - Processo Produtivo Básico (BNDES, 2013d).

O agente financeiro tem participação de 100% do valor do bem financiado para Micros, pequenas e médias empresas, até 70% do valor do bem financiado para produção de bens de capital e até 100% do valor do bem financiado para aquisição de bens de capital (BNDES, 2013d).

Para microempresas, empresas de pequeno e médio porte são cobrados encargos de remuneração básica do BNDES de até 0,9% a.a., acrescida de TJLP e remuneração do BADESC. Já para empresas de grande porte a remuneração básica pode chegar a 3,0% a.a., acrescida de TJLP e remuneração do BADESC (BNDES, 2013d).

Os prazos de carência e de amortização deverão ser definidos em função da capacidade de pagamento da beneficiária e do grupo econômico ao qual

pertença, respeitado o prazo total máximo de 60 meses e ressalvadas as seguintes exceções (BNDES, 2013d):

- a) Operações de transportadores autônomos de carga: até 72 meses;
- b) Carrocerias de veículos para coleta de lixo: até 36 meses;
- c) Vagões ferroviários de carga: até 120 meses;
- d) Veículos sobre pneus para transporte de passageiros, sendo que para a aquisição de veículos vinculados a sistemas não integrados ou não racionalizados e para transporte rodoviário até 72 meses; e para aquisição de veículos vinculados a sistemas integrados ou racionalizados até 108 meses.

As garantias podem ser negociadas entre o Badesc e o cliente, desde que atinjam o índice de garantia de 1,5 vezes o valor do financiamento.

2.3.3.2 Com recursos próprios do BADESC

As chamadas operações diretas acontecem diretamente entre cliente e BADESC sem intermediários. Todas as etapas do processo, desde o atendimento até a liberação do crédito é de responsabilidade do BADESC.

Nesta seção serão apresentadas as principais linhas operacionalizadas com recursos próprios.

2.3.3.2.1 BADESC Microempresa

Esta linha de crédito é disponibilizada pelo BADESC, porém é operacionalizada através das instituições de microcrédito que podem ser verificadas através do site do BADESC (www.badesc.gov.br). Financia valores entre R\$ 200,00 e R\$ 15.000,00 a empreendedores formais ou informais (BADESC, 2013c).

Os valores podem ser solicitados para investimento fixo, capital de giro e misto. Dependendo da instituição de microcrédito, há linhas específicas e diferenciadas. Por exemplo, pode ser financiado Capital de Giro para compra de matéria-prima e mercadorias; Capital Fixo para compra de máquinas, equipamentos e ferramentas; Aquisição de veículos utilitários; Reforma e ampliação de instalações;

Conserto de equipamentos; Implantação de novos negócios; Troca de Cheques, entre outros (BADESC, 2013c).

Os prazos de financiamentos, a taxa de juros cobrada e a variação das prestações variam de instituição para instituição (BADESC, 2013c).

2.3.3.2.2 BADESC Fomento

O Programa tem como objetivo financiar investimento fixo ou misto, assim como capital de giro associado a projetos. Destina-se às microempresas, empresas de pequeno, médio, médio-grande portes, além de empresas de grande porte e grupos econômicos dos setores industrial, comercial e de prestação de serviços, excluindo-se o segmento primário da economia. A destinação dos recursos destaca-se no Quadro 14 (BADESC, 2013c).

Quadro 14 - Abrangência BADESC Fomento.

ITENS FINANCIÁVEIS	ITENS NÃO FINANCIÁVEIS
a) Implantação, expansão, realocação e modernização de empreendimentos ou de serviços;	a) Empreendimentos imobiliários (incluindo time sharing, hotel residência e similares);
b) Desenvolvimento tecnológico;	b) Terrenos;
c) Inovação de produtos;	c) Transferência de controle social da empresa;
d) Adequação de fluxos produtivos;	d) Atividades financeiras (incluindo as bancárias);
e) Adequação à preservação ambiental;	e) Motéis, saunas;
f) Reestruturação organizacional (projetos específicos, objetivando a melhoria da capacidade comercial ou produtiva da empresa a partir de mudanças na estrutura organizacional);	f) Comércio de armas;
g) Ativos fixos de qualquer natureza, incluindo: civis, instalações, máquinas e equipamentos, veículos utilitários, etc.	g) Pesca (captura de pescados);
h) Capital de giro associado a projeto;	h) Empreendimentos para exploração e comercialização de madeira nativa, inclusive serraria;
i) Despesas pré operacionais;	i) Produção de ferro gusa;
j) Consultorias e sistemas, para modernização da gestão;	
k) Ativos fixos usados (máquinas, equipamentos e veículos);	
l) Investimentos adquiridos ou realizados até 12 (doze) meses anteriores à data da abertura do processo de financiamento;	

Continua...

...Continuação

m) Industrialização ou comercialização de pescado;	
n) Atividades agropecuárias;	
o) Transferência de ativos, inclusive terrenos, desde que tenha a finalidade de reativação de atividade produtiva e seja de interesse econômico para o Estado de Santa Catarina.	

Fonte: BADESC (2013c).

As ONG's (Organizações não Governamentais) e as OSCIP's são atendidas por programas específicos. O BADESC tem participação com valores de até 100% para empresas estabelecidas de qualquer porte, ou seja, que já estejam operantes, e de até 50% para empresas de qualquer porte em fase de implantação, sendo que neste último caso a contrapartida da empresa beneficiária deverá ser devidamente comprovada na análise da operação. O BADESC poderá ainda limitar o valor do financiamento solicitado por meio da análise de fatores de viabilidade e de riscos (BADESC, 2013c).

O limite mínimo de crédito para Capital fixo, misto ou giro associado a projeto é de R\$ 100.001,00 e o máximo de R\$ 10 milhões (BADESC, 2013c).

Os encargos financeiros cobrados para este programa de financiamento são apresentados no Quadro 15.

Quadro 15 - Encargos financeiros BADESC Fomento.

Capital de Giro Associado a Projetos			Investimento Fixo ou Misto		
até 24 meses	36 meses	até 24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
12,8%a.a.+TJLP	13,8%a.a.+TJLP	9,8%a.a.+TJLP	10,8%a.a.+TJLP	11,8%a.a.+TJLP	12,8%a.a.+TJLP

Fonte: BADESC (2013c).

Sobre o saldo devedor do financiamento incidirá a taxa de juros compensatórios (remuneração básica) e a taxa de juros de longo prazo que será representada pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, calculada a incidência por soma simples de ambas, nas datas de exigibilidade dos juros ou na data de vencimento ou liquidação, considerado, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade.

Os prazos de carência e amortização para Investimento Fixo ou Misto são de até 60 meses, sendo até 12 de carência. E para Giro associado a projetos de até 36 meses, sendo até 6 de carência. A periodicidade dos pagamentos na Carência

pode se dar mensal, bimestral ou trimestralmente, e a amortização poderá ser somente mensal (BADESC, 2013c).

São exigidas garantias do tipo Real, sendo estas Hipoteca, bens imóveis, acrescidos ou não de máquinas e equipamentos (vinculados por meio de alienação fiduciária de bens imóveis – AFBI ou de alienação fiduciária de máquinas e equipamentos – AFME). Ou ainda garantia Pessoal sendo esta o Aval dos sócios, administradores e respectivos cônjuges (BADESC, 2013c).

Na Garantia Real o Índice de cobertura é de 1,25 vezes o valor do financiamento, sendo que os bens imóveis devem valer, no mínimo, o valor do financiamento. As máquinas e equipamentos, quando constituírem objeto financiado e aquisição nova, serão admitidos, no máximo, até 0,5 vezes o valor do financiamento. Já na garantia Pessoal, o Aval FAMPE 0,8 vezes o valor do financiamento para máquinas e equipamentos quando constituírem objeto financiado e aquisição nova (BADESC, 2013c).

2.3.3.2.3 BADESC Emergencial

Destina-se a financiar a recuperação da estrutura física, manutenção e fortalecimento da capacidade de geração de emprego e renda para empreendimentos privados, localizados em Municípios do Estado de Santa Catarina, atingidos por desastres naturais e abrangidos por decretos de Estado de Calamidade Pública ou de Situação de Emergência, reconhecidos pela Defesa Civil Estadual, a partir do mês de setembro de 2011 (BADESC, 2013c).

O limite de crédito mínimo é de R\$ 30.000,00 e o máximo de R\$ 500.000,00 (BADESC, 2013c).

A participação do BADESC no financiamento aos "ítens financiáveis" do projeto poderá ser de até 100% (cem por cento), respeitados os limites de (BADESC, 2013c):

- a) até quatro vezes a média mensal do faturamento fiscal quando se tratar de microempresa;
- b) até três vezes a média mensal do faturamento fiscal quando se tratar de pequena empresa;

c) até duas vezes a média mensal do faturamento fiscal quando se tratar de média empresa;

d) até uma vez a média mensal do faturamento fiscal quando se tratar de grande empresa;

Quando houver casos em que a demanda seja superior ao limite de R\$ 500mil, as solicitações serão submetidas à Diretoria Colegiada do BADESC (BADESC, 2013c).

Os encargos financeiros cobrados para recuperação de diretamente atingidos são de 9,00 % a.a, mais TJLP. E para recuperação de indiretamente atingidos são de 10,00% a.a., mais TJLP (BADESC, 2013c).

Os prazos de carência e amortização para recuperação de diretamente atingidos podem chegar a até 48 meses, sendo até 12 de carência e até 36 de amortização. Já para recuperação de indiretamente atingidos o total é de até 36 meses, sendo até 12 de carência e até 24 de amortização (BADESC, 2013c).

A diminuição do prazo de carência poderá possibilitar o aumento equivalente do prazo de amortização, sem prejuízo do prazo total máximo admissível. Os juros podem ser pagos mensal, bimestral ou trimestralmente, a critério do cliente. As garantias exigidas são (BADESC, 2013c):

a) Garantia Real: Hipoteca, Alienação fiduciária (móveis e imóveis).

b) Garantia Pessoal: Aval dos sócios, administradores e respectivos cônjuges. Aval do FAMPE.

O Índice de cobertura de garantia é de uma vez o valor do financiamento, e o prazo de vigência para contratação das operações, para ser iniciado o processo de concessão de crédito previsto nesta resolução será o mesmo daquele da vigência do decreto que institui Situação de Emergência e/ou Estado de Calamidade Pública (BADESC, 2013c).

No próximo capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é a atividade básica da ciência, uma das formas de se obter conhecimento (VERGARA, 2007). A pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que objetiva trazer respostas aos problemas propostos (GIL, 1991).

As ciências têm como característica o uso de métodos científicos, pois não há ciência sem métodos. Porém não são todos os ramos de estudo que utilizam de métodos científicos (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Metodologia trata dos caminhos, procedimentos e ferramentas para se atingir os objetivos. É um instrumento para se chegar à ciência. (DEMO, 1985).

A seguir, serão expostos os métodos adotados para esta pesquisa, o delineamento, a definição da área ou população-alvo, o plano de coleta de dados e por fim, o plano de análise dos dados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A classificação das pesquisas dá-se geralmente com base em seus objetivos, sendo possível classificá-las em exploratórias, descritivas e explicativas (GIL, 1991).

A pesquisa realizada enquadrou-se como descritiva quanto aos fins de investigação, tendo em vista que buscou apresentar o volume de contratações de financiamentos disponibilizados pelo BADESC, por meio de suas regionais em Santa Catarina no período de 2008 à 2012.

Na pesquisa descritiva os fenômenos são estudados pelo pesquisador, porém não tem a manipulação deste. Os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem a intervenção do pesquisador. Uma de suas características é a padronização da técnica de coleta de dados, principalmente realizadas através de questionários e de observação sistêmica (ANDRADE, 2005).

A justificativa para a escolha do fim de investigação descritivo deu-se pelo fato de que ao final do estudo a pesquisadora pode traçar um comparativo entre as linhas de crédito oferecidas pelo órgão pesquisado, e as contratações efetuadas pelas regionais do mesmo em Santa Catarina.

Quanto aos meios de investigação serão utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica busca a explicação de um problema tendo como base referências teóricas publicadas em documentos. Este tipo de pesquisa pode ser feita de forma independente, e como parte de pesquisas descritivas e experimentais quando utilizada para recolher informações e conhecimentos técnicos a sobre o problema de pesquisa (CERVO; BERVIAN, 1983).

A pesquisa bibliográfica esta presente neste estudo pela necessidade do embasamento teórico. Para tal, foram utilizados livros disponíveis na biblioteca da Universidade do Extremo Sul Catarinense de Criciúma - SC, bem como artigos e *sites* relacionados ao tema abordado, tais como sites das instituições BNDES, BADESC, IPEA e IBGE.

Na pesquisa documental, documentos são investigados para que se possa fazer um levantamento descritivo e comparativo. Trabalha-se com dados ou fatos reais (CERVO; BERVIAN, 1983).

Nas palavras de Vergara (2007, p. 48), a investigação documental:

É a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros.

A pesquisa enquadrrou-se como documental, pois foram utilizados documentos e relatórios de controle interno do BADESC para investigação e análise.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

População caracteriza-se pela totalidade de pessoas, animais, objetos, situações, idade, regiões, entre outros fatores que possuam características em comum que os definem (APPOLINÁRIO, 2006).

A população desta pesquisa foi composta de projetos de financiamentos contratados pelo BADESC no período 2008-2012 no estado de Santa Catarina.

A amostra caracteriza-se pela seleção de uma parte da população a partir de uma técnica de amostragem, para ser representante da população em estudo. Quando uma amostra é representativa da população, supõe-se que as conclusões tiradas a partir desta amostra seja válida para a população (APPOLINÁRIO, 2006).

Esta pesquisa possui caráter documental, por este motivo não foi adotado a definição de amostra.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados é uma etapa importante das pesquisas, mas não pode ser confundida com pesquisa em si, pois após serem colhidos, os dados serão analisados e interpretados (ANDRADE, 2005).

São considerados dados primários obras, textos originais, ou materiais que ainda não foram explorados sobre qualquer assunto que, quando explorados, dão origem a obras mais amplas sobre o assunto. São exemplos de dados primários fotos, áudios, vídeos, desenhos, pinturas, documentos de arquivos públicos e parlamentares, dados estatísticos, diários, entre outros. Já os dados secundários são oriundos dos dados primários (ANDRADE, 2005).

Esta pesquisa caracterizou-se pela utilização de dados primários, visto que os documentos desta pesquisa são originais e que ainda não foram trabalhados.

Os procedimentos científicos utilizados pela ciência para as pesquisas são chamados de técnicas. As técnicas mostram quais os modos corretos para se executar as operações de interesse da ciência, e o conjunto destas técnicas constituem o método (CERVO; BERVIAN, 1983).

Quanto às técnicas de pesquisa, existem as de caráter quantitativo e qualitativo, que são assim descritas por Roesch (2005, p. 140):

Na pesquisa de caráter quantitativo, os processos de coleta e análise são separados no tempo. A coleta antecede a análise, ao contrário da pesquisa qualitativa, em que ambos os processos se combinam [...].

Nesta pesquisa foi utilizada a técnica de coleta de dados qualitativa, de caráter documental, que segundo Roesch (2005) é uma das fontes de dados mais usadas em trabalhos de pesquisa.

O instrumento metodológico deve ser escolhido de acordo com o problema a ser estudado, e com os fatores intervenientes na pesquisa, como o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, e outros elementos que surjam no campo de investigação (LAKATOS; MARCONI, 1992). Segundo Andrade (2005), são os meios para a aplicação das técnicas.

São instrumentos desta pesquisa os documentos internos do órgão em pesquisa, bem como relatórios emitidos pelo sistema operacional interno do órgão em estudo, BADESC.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação de dados constituem o centro da pesquisa. Na análise o pesquisador expõe maiores detalhes sobre os dados, com o intuito de obter respostas aos seus questionamentos e relacioná-las as hipóteses levantadas (LAKATOS; MARCONI, 1992).

A análise dos dados pode ter caráter quantitativo ou qualitativo. Na abordagem quantitativa considera-se que tudo pode ser quantificado, que pode-se traduzir as informações obtidas em números, utilizando-se de métodos estatísticos. Já na abordagem qualitativa, além do uso da estatística, tem como característica a busca por uma compreensão e entendimento mais detalhado dos resultados (PINHEIRO, 2010).

Esta pesquisa teve uma abordagem quantitativa pois os dados são mensuráveis, e qualitativa, pois após ter os dados coletados, a pesquisadora fez ainda uma análise dos resultados e traçou um comparativo dos resultados obtidos com a economia de cada região catarinense.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos na pesquisa documental, tais como a quantidade de contratos e os valores dos contratos firmados anualmente com recursos do BADESC, ou recursos oriundos de repasse do BNDES.

Serão apresentados também dados sobre a divisão destas contratações entre o setor público e o privado, quais as cidades catarinenses que mais contratam, seja por número de contrato ou pelo valor destes, e quais tipos de recursos são mais contratados em números e em valores.

Em virtude do extenso volume de informações, optou-se por um texto dissertativo para melhor apresentação dos dados das regionais do BADESC.

4.1 AS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTO EM SANTA CATARINA

Após a Segunda Guerra Mundial o debate econômico voltou-se ao estudo das variantes causadoras do atraso econômico dos países subdesenvolvidos, tipicamente de longo prazo. Na América Latina estes debates foram conduzidos pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), e os dados conclusivos sobre os caminhos para o seu desenvolvimento, indicaram que os viabilizadores do processo eram a industrialização acelerada, e o planejamento governamental (LIMA, 1991).

Nos países capitalistas subdesenvolvidos a participação do Estado na economia deu-se de forma mais participativa, de forma a estimular direta e indiretamente a industrialização e o desenvolvimento econômico e social por meio de estímulos financeiros e fiscais, e da formação de poupança e alocação dos recursos desta em investimentos, por meio do crédito de longo prazo (LIMA, 1991).

Os bancos de desenvolvimento têm características operacionais essencialmente de longo prazo, e por este motivo ao analisar um projeto, os técnicos levam em conta inúmeras variáveis econômicas, desde a análise cadastral, taxas de retorno, insumos, acompanhando toda implementação do projeto e seus resultados (LIMA, 1991).

Outro destaque característico é a indução de novos investimentos, estudando e desenvolvendo programas com fortes características macroeconômicas (LIMA, 1991).

O BADESC atua exclusivamente no território catarinense, ofertando financiamentos às pessoas jurídicas, atendendo tanto ao setor público quanto ao privado por meio de recursos próprios e de recursos diretos do BNDES.

Neste sub capítulo serão apresentados os dados de forma generalizada quanto às contratações de financiamento realizadas no período compreendido entre o ano de 2008 e 2012 no Estado catarinense.

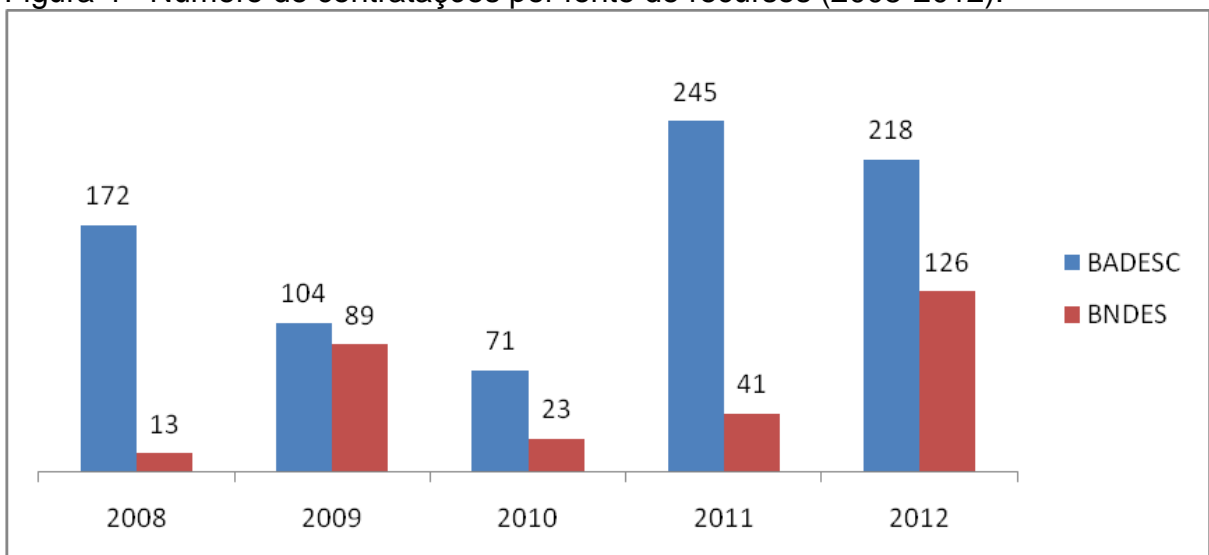
4.1.1 Quantidade de contratações *versus* valor em R\$

Como já citado anteriormente, o BADESC disponibiliza linhas de crédito por meio de recursos próprios e com recursos em forma de repasse do BNDES.

No período analisado, o número de contratações com recursos do BADESC superou o número de contratações com recursos de repasse, sendo o ano de 2011 o ápice do número de contratações com recursos próprios, superando a queda do número de contratações dos três anos anteriores.

Já o BNDES teve maior número de contratos no ano de 2012, com a marca de 126 contratos firmados, não atingindo os 218 contratos efetuados com recursos próprios no mesmo ano, conforme apresentado na Figura 4.

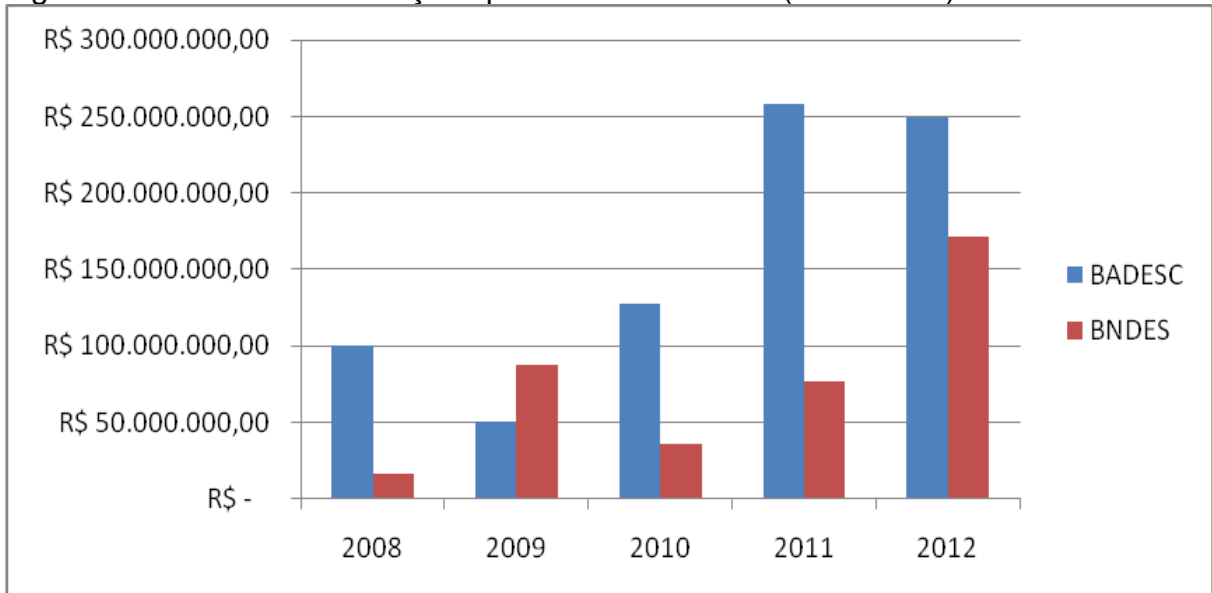
Figura 4 - Número de contratações por fonte de recursos (2008-2012).



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O valor dos contratos firmados neste período superou o valor de R\$ 250.000.000,00 no ano de 2011 com recursos próprios, e em 2012 superou R\$ 150.000.000,00 com recursos do BNDES, conforme apresenta-se na Figura 5.

Figura 5 - Valor das contratações por fonte de recurso (2008-2012).



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

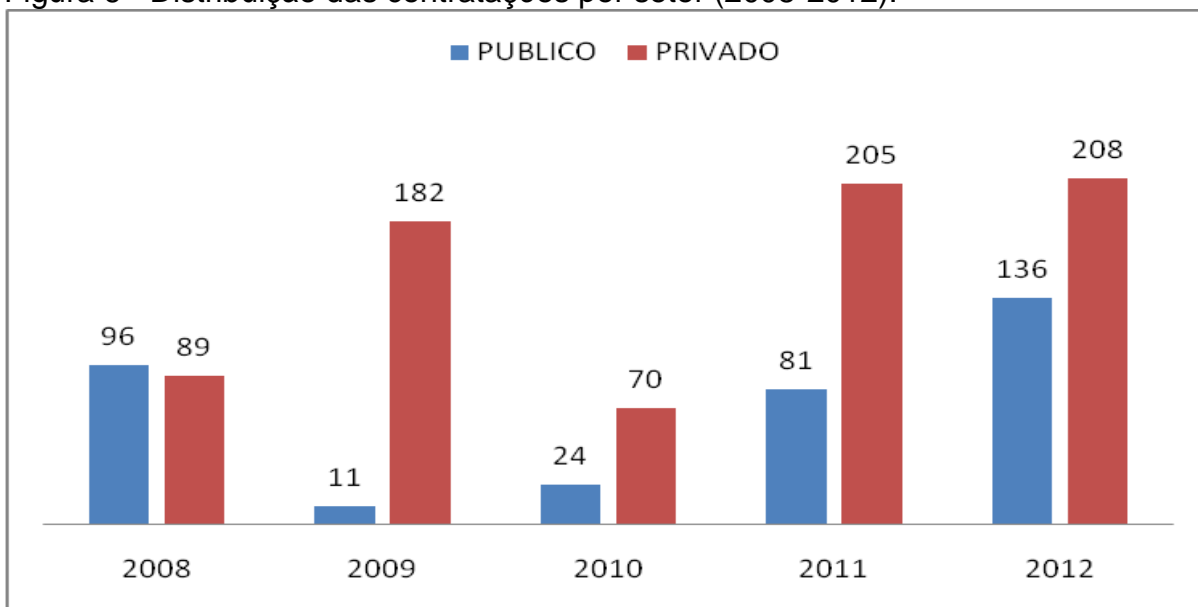
Observa-se por meio destes dados que nos últimos 5 anos, os recursos do BADESC foram mais contratados do que os recursos de repasse do BNDES tanto em números de contratos quanto em volume de reais, e estes tiveram um expressivo crescimento após o ano de 2010.

4.1.2 Contratações por setor público ou privado em quantidade *versus* valor em R\$

O ano de 2008 apresentou um equilíbrio entre as contratações de recursos efetuadas pelos setores público e privado. Porém nos anos seguintes, em especial no ano de 2009, o setor privado superou expressivamente o número de contratações efetuadas pelo setor público.

Dentre os anos compreendidos nesta pesquisa, o ano em que houve maior número de contratos do setor privado foi o ano de 2012, seguido do ano de 2011, o setor público efetuou mais contratos no ano de 2012, seguido do ano de 2008 e 2011 respectivamente, conforme apresenta a Figura 6.

Figura 6 - Distribuição das contratações por setor (2008-2012).



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observando a Figura 7, pode-se verificar que se tratando do volume de recursos contratados, os anos de 2009 e 2010 se mantiveram praticamente estáveis se não consideradas as fontes de recursos.

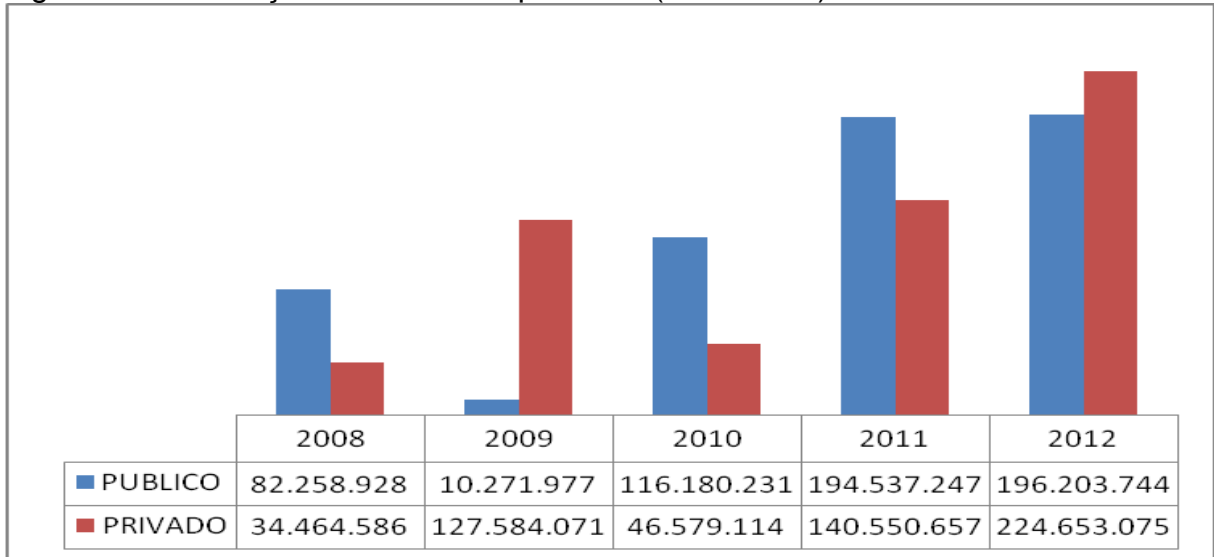
O setor público teve uma queda no valor das contratações em 2009, com somente R\$10.271.977 contratados, e cresceu gradativamente nos três anos seguintes, chegando a liberar R\$196.203.744 em 2012.

No ano de 2008 o setor privado liberou apenas R\$34.464.586, menos que a metade do valor das contratações efetuadas pelo setor público. No ano seguinte triplicou este volume chegando ao volume de R\$127.584.071 em contratações, voltando a ter queda no ano de 2010, com o volume de R\$46.579.114. Nos dois últimos anos analisados este volume cresceu gradativamente, chegando ao valor de R\$224.653.075 em 2012.

Apesar do fato de que em quantidade houve um equilíbrio entre as contratações do setor público e privado no ano de 2008, em volume de reais, os valores destas contratações foram maiores nas contratações do setor público, que superou o dobro do valor das contratações do setor privado, conforme apresenta a Figura 7.

Nos anos de 2010 e 2011, o setor privado teve um maior número de contratos comparando-se com o setor público, porém, em volume de recursos, o setor público, nos dois anos citados, obteve o maior volume de recursos.

Figura 7 - Distribuição dos recursos por setor (2008-2012).



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observando que nos últimos anos o setor público teve grande representatividade nas contratações tanto em números quanto em valores, cabe frisar que este setor é atendido exclusivamente pelo programa BNDES Microcrédito Santa Catarina. Ou seja, no período de análise, um único programa apesar de ter menores números de contratos, liberou valores muito maiores que o setor privado.

4.1.3 Evolução das contratações em quantidade *versus* valor em R\$

O número de contratos firmados pelas seis regionais do BADESC, somando-se os de recursos próprios e os recursos de repasse, tem grande variação de um ano para outro, e até mesmo de uma regional para outra.

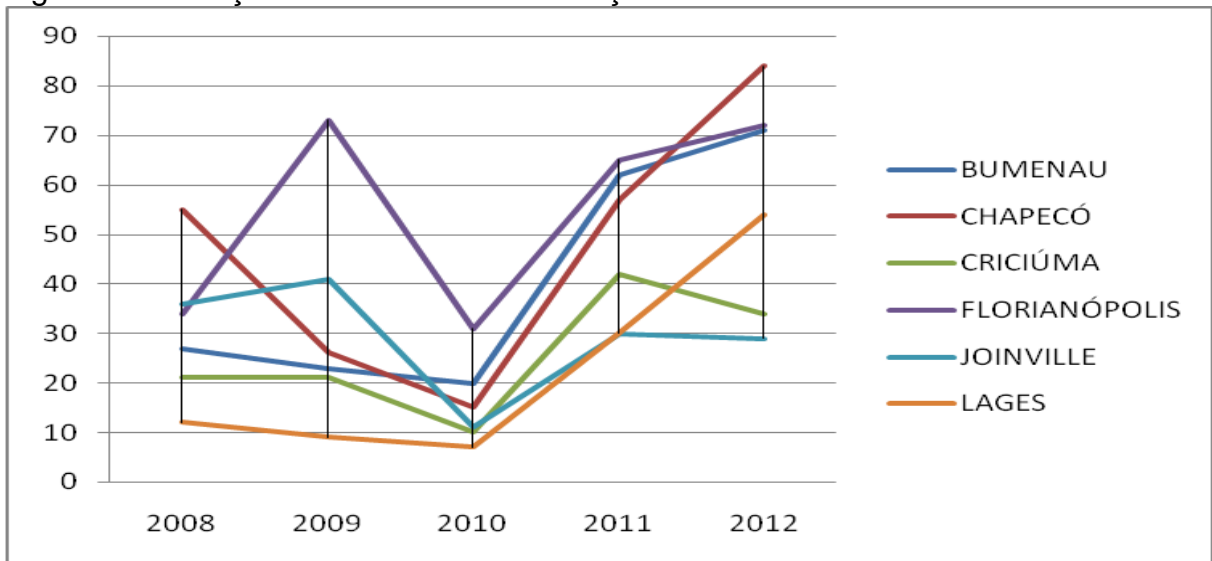
A Figura 8 apresenta a evolução do número de contratos firmados nas regionais do BADESC no período 2008-2012.

No ano de 2008 a regional de Chapecó firmou o maior número de contratos, tendo queda neste número nos anos de 2009 e 2010, voltando a ter um crescimento nos dois últimos anos desta análise, sendo em 2012 a regional que mais firmou contratos, atingindo 84 contratos de financiamento.

A regional de Florianópolis teve seu pico no ano de 2009 com 73 contratações, no ano seguinte este número diminuiu para 31, menos da metade, voltando a crescer em 2011 e 2012, fechando este período com 72 contratos em 2012.

Verifica-se que o ano de 2010 afetou a quantidade de contratos efetuados em todas as regionais do BADESC. Lages, que já era a regional que menos contratava, teve ainda mais queda com somente 7 contratações. Após este ano, o volume destas contratações voltou a crescer em todas as regionais, e Lages fechou o ano de 2012 com 54 contratações.

Figura 8 - Evolução do volume de contratações em números.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

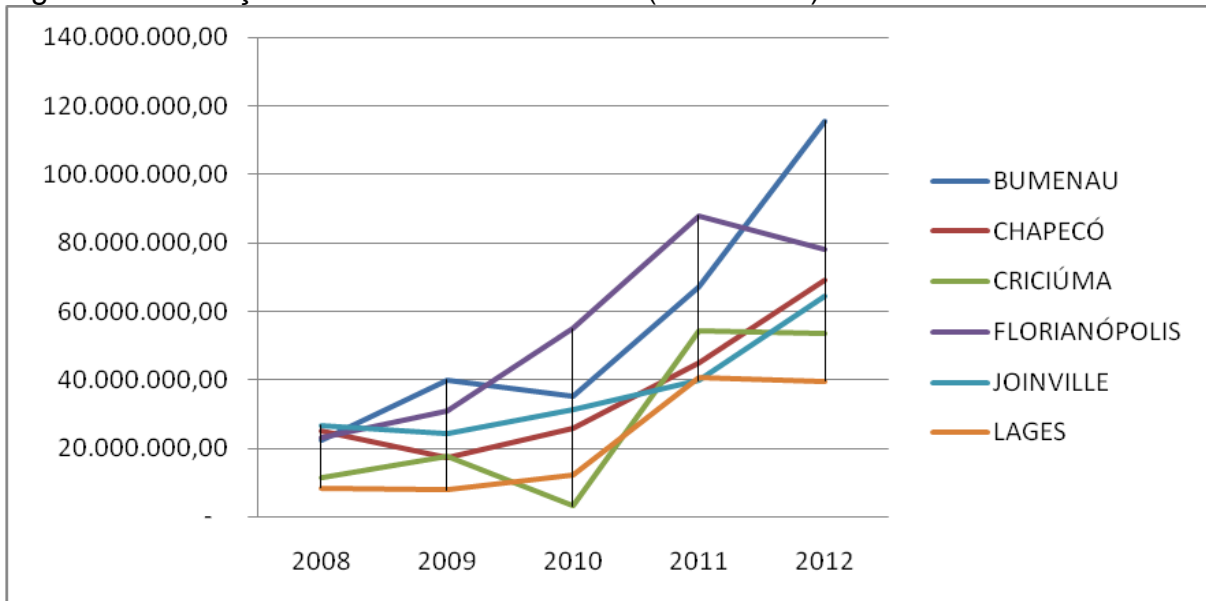
Os valores destas contratações tiveram um crescimento progressivo no decorrer do período da pesquisa, conforme verifica-se na Figura 8.

No ano de 2008 todas as regionais liberaram volumes entre R\$10.000.000 e R\$30.000.000,00. Em 2009 o maior valor liberado foi na regional de Blumenau, chegando a casa dos 40 milhões de reais em contratações. Blumenau manteve as liberações de 2010 próximo a este valor, e cresceu significativamente nos dois últimos anos, sendo a regional que liberou maior volume de recursos em reais no ano de 2012, atingindo o volume de R\$ 115.659.336,57.

A regional de Florianópolis manteve uma crescente nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, tendo uma pequena queda nos valores das contratações no ano de 2012, liberando o volume de R\$ 78.012.816,16 e sendo a segunda maior regional na liberação de volume de reais em 2012.

As regionais de Joinville e Lages mantiveram seus volumes do ano de 2008 no ano de 2009, e conseguiram dobrar os volumes destes anos no último ano de análise.

Figura 9 – Evolução dos valores contratados (2008-2012).



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Comparando as duas formas de medir as contratações, por número de contratos e por volume em reais, verifica-se que a variação do número de contratos não define a variação no valor em reais das contratações, pois, por exemplo, pode-se ter em um determinado período 5 contratos no valor de R\$10 milhões cada, ou apenas um contrato com o valor de R\$50 milhões.

4.2 AS CONTRATAÇÕES DE FINANCIAMENTO POR REGIONAIS

As empresas catarinenses procuram o BADESC com o intuito de buscar recursos para realizar projetos de implantação e expansão na maioria dos casos.

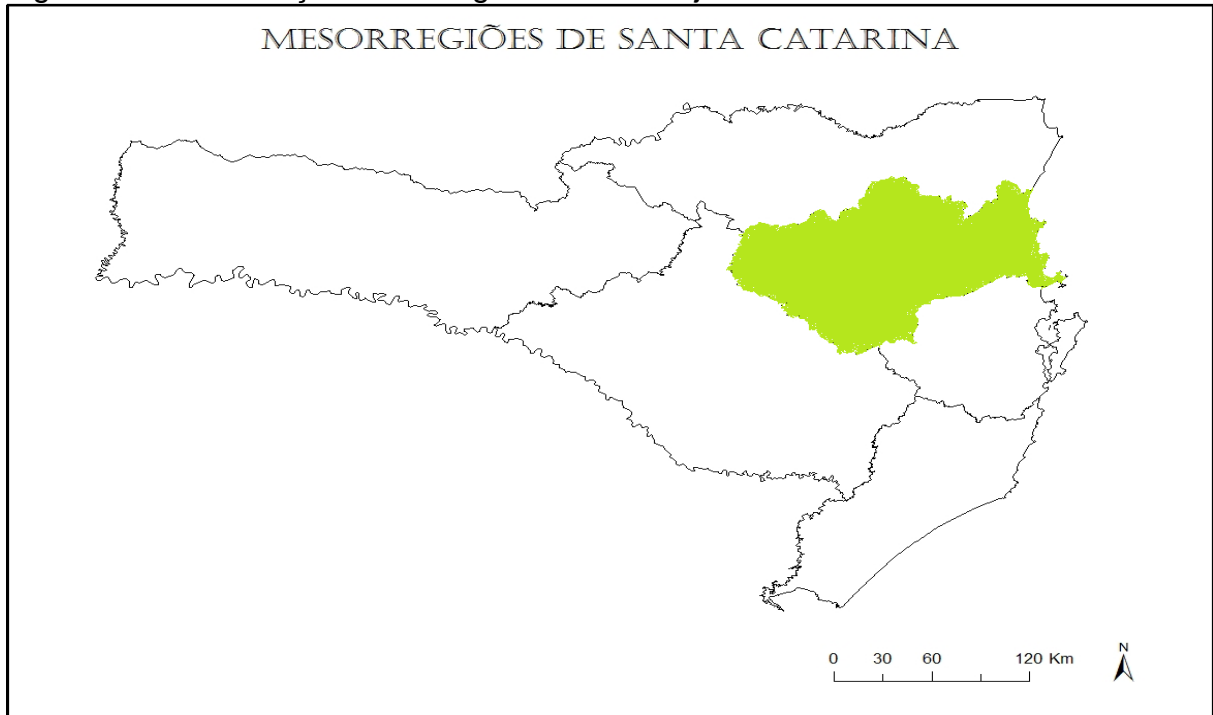
A dinâmica da produtividade no estado, geralmente é delimitada por seis principais mesorregiões geográficas, cada qual com traços regionais econômicos. São elas: mesorregião do Vale do Itajaí, mesorregião Oeste, mesorregião Sul catarinense, mesorregião da Grande Florianópolis, mesorregião Norte e mesorregião do Planalto Serrano (MATTEI, 2011).

Neste sub capítulo serão apresentados os dados da pesquisa de cada regional, separadamente, em formato de texto dissertativo.

4.2.1 Regional de Blumenau

A regional de Blumenau esta localizada Na mesorregião do Vale do Itajaí, conforme mostra a Figura 25.

Figura 10 – Localização mesorregião Vale do Itajaí.



Fonte: Adaptado de BP Blogspot (2013).

A mesorregião do Vale do Itajaí teve como primeiras atividades industriais, as atividades do ramo têxtil e alimentar, com a implantação de grandes fábricas destes produtos por imigrantes, tornando esta região um dos principais pólos industriais do estado (MATTEI, 2011).

No período pós-guerra além destes dois ramos industriais, houve um grande crescimento industrial com as indústrias metalúrgicas, fumageira, alimentícia e da madeira (MATTEI, 2011).

Esta macrorregião esta subdividida em três microrregiões, o Alto Vale do Itajaí, onde se localiza Ibirama e Rio do Sul, que tem as atividades agropecuárias predominantes, o Médio Vale próximo às cidades de Blumenau e Brusque, onde as atividades industriais predominam, e o Baixo Vale, que compreende a cidade de Itajaí e a zona litorânea, onde predominam as atividades ligadas ao porto de Itajaí e ao complexo turístico (MATTEI, 2011).

A economia desta macrorregião conta com atividades do setor primário, com destaque para produtos como o milho, arroz, fumo, banana, cebola, criação de frangos, suínos e bovinocultura de leite. No setor secundário a região tem características de especialização, com indústrias têxteis e de confecção, e características de diversidade com indústrias mecânica, metal-mecânica, de materiais elétricos, do fumo, entre outros. As atividades relacionadas ao turismo constituem o setor terciário da região, e as atividades de serviços relativas ao complexo portuário e ao comércio regional completam a economia local (MATTEI, 2011).

Considerando os financiamentos que esta macrorregião contratou junto ao BADESC, o Quadro 18 apresenta o volume em reais no período 2008-2012.

Quadro 16 - Valor dos recursos liberados na regional Blumenau.

ANO	VIA BADESC	VIA BNDES	TOTAL
2008	R\$ 18.447.581,72	R\$ 3.960.000,00	R\$ 22.407.581,72
2009	R\$ 7.322.776,00	R\$ 32.742.900,00	R\$ 40.065.676,00
2010	R\$ 28.627.626,31	R\$ 6.526.300,00	R\$ 35.153.926,31
2011	R\$ 49.259.130,53	R\$ 17.838.838,47	R\$ 67.097.969,00
2012	R\$ 74.194.517,51	R\$ 41.464.819,06	R\$ 115.659.336,57

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008, foram 27 contratos firmados nesta regional com um valor total de R\$ 22.407.581, destes 19 foram com recursos do BADESC (R\$ 18.447.581), e 8 com recursos do BNDES (R\$ 3.960.000).

No ano seguinte o volume de contratações em reais foi quase que o dobro. E inverteu-se a situação, sendo que dos 23 contratos firmados (R\$ 40.065.676), foram 8 contratos com recursos do BADESC (R\$ 7.322.776) e 15 com recursos do BNDES (R\$ 32.742.900). Ou seja, este ano os recursos oriundos do BNDES superaram em número e em valor as contratações do BADESC.

Em 2010 os recursos do BADESC voltaram a ser mais contratados, sendo que dos 20 contratos firmados (R\$ 35.153.926), 14 foram com recursos próprios (R\$ 28.627.626), e somente 6 com recursos do BNDES (R\$ 6.526.300).

No ano de 2011 houve novamente um grande crescimento, foram 62 contratos (R\$ 67.097.969) sendo 56 com recursos próprios (R\$ 49.259.130) e 6 com recursos de repasse (R\$ 17.838.838).

Em 2012 o crescimento continuou, foram 71 contratos firmados (R\$ 115.659.336), sendo 42 com recursos do BADESC (R\$ 74.194.517) e 29 com recursos do BNDES (R\$ 41.464.819).

O direcionamento destes recursos em volume de reais é apresentado no Quadro 19.

Quadro 17 – Direcionamento de recursos regional Blumenau.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
2008	R\$ 17.801.581,72	R\$ 4.606.000,00	R\$ 22.407.581,72
2009	R\$ 630.000,00	R\$ 39.435.676,00	R\$ 40.065.676,00
2010	R\$ 27.751.126,31	R\$ 7.402.800,00	R\$ 35.153.926,31
2011	R\$ 37.645.692,44	R\$ 29.452.276,56	R\$ 67.097.969,00
2012	R\$ 59.809.372,80	R\$ 55.849.963,77	R\$ 115.659.336,57

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em 2008, dos 27 contratos, foram 14 com o setor público, e 13 contratos com o setor privado, porém pode-se verificar que em valores, o setor público contratou volumes muito maiores. No ano seguinte os destinos dos recursos foram diferentes. Dos 23 contratos, somente 1 foi com o setor público, e os outros 22 com o setor privado.

No ano de 2010, foram 20 contratos, sendo 6 com o setor público e 14 com o privado, porém os valores contratados foram quase quatro vezes maiores pelo setor público. Em 2011 o setor público continuou sendo o maior contratante em volume de reais, porém com números de contrato menores. Apenas 15 dos 62 contratos foram com este setor, os demais 47 foram com o setor privado.

No último ano desta análise os valores em reais distribuídos entre os dois setores não tiveram grande diferença, porém o setor público contratou 27 operações, enquanto o privado foi responsável por 44 das 71 operações.

As cidades que mais contrataram na regional de Blumenau, tanto em números de contratos quanto no valor dos contratos, serão apresentadas no Quadro 20.

Quadro 18 – As cidades que mais contrataram no período em Blumenau.

ANO	Em número de contratos	Quantidade	Em volume de reais	R\$
2008	Blumenau	5	Itajaí	6.873.075
2009	Blumenau	8	Rio do sul	16.595.200
2010	Blumenau	7	Blumenau	16.007.500
2011	Mirim Doce	13	Indaial	10.054.549
2012	Blumenau	20	Blumenau	53.959.945

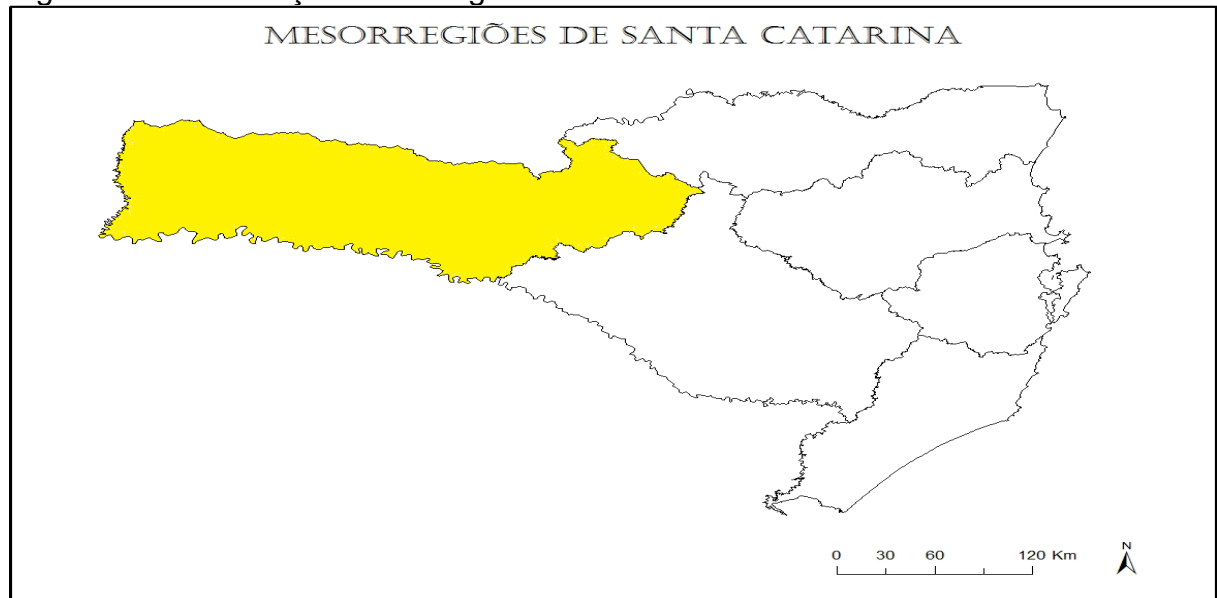
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observa-se no Quadro 20, que as cidades que tem mais números de operações, muitas vezes não são as que mais contratam em volume de reais. Apenas em 2010 e 2012 a cidade de Blumenau foi a que mais contratou tanto em número de operações quanto em volume de reais.

4.2.2 Regional de Chapecó

A regional de Chapecó localiza-se na mesorregião Oeste do estado catarinense, conforme apresenta a Figura 11.

Figura 11 - Localização mesorregião Oeste.



Fonte: Adaptado de BP Blogspot (2013).

A mesorregião Oeste foi a última mesorregião a ser colonizada, tendo inicialmente a madeira como principal atividade econômica (MATTEI, 2011).

Paralelo à atividade madeireira foram desenvolvidas atividades agropecuárias com o cultivo de milho, arroz e feijão, e a criação de animais, tanto

para serviços, quanto para alimentação. Em pouco tempo o Oeste catarinense tornou-se o principal pólo agroindustrial do estado, com a instalação de grandes empresas como a Perdigão, Sadia, Seara em seu território (MATTEI, 2011).

O setor primário continua sendo de maior importância na região, pois muitos municípios ainda mantem sua base rural, sendo que os produtores rurais trabalham integrados as agroindústrias. O cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca, fumo e frutas como maçã e laranja são destaques neste setor, juntamente com a criação de suínos, aves e bovinocultura de leite (MATTEI, 2011).

A indústria alimentar e de processamento de soja, as fabricações de óleo e da torta de farelo de soja para exportação, além das indústrias madeireiras, mostram quanto dinâmico é o setor secundário desta região (MATTEI, 2011).

O terceiro setor é o menos significativo desta região, o comércio tem expressividade nas cidades pólos como Chapeco, Joaçaba, Videira Concórdia e Caçador (MATTEI, 2011).

Algumas das empresas desta região buscaram recursos junto ao BADESC para implantar e ampliar seus espaços. O volume destas contratações é apresentado no Quadro 21.

Quadro 19- Valor dos recursos liberados na regional Chapecó.

ANO	BADESC	BNDES	TOTAL
2008	R\$ 24.476.667,14	R\$ 500.000,00	R\$ 24.976.667,14
2009	R\$ 12.726.113,40	R\$ 4.535.703,00	R\$ 17.261.816,40
2010	R\$ 21.881.372,12	R\$ 4.000.000,00	R\$ 25.881.372,12
2011	R\$ 28.129.270,29	R\$ 17.000.606,35	R\$ 45.129.876,64
2012	R\$ 49.311.919,96	R\$ 9.954.253,09	R\$ 69.266.173,05

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008, foram 55 contratos firmados nesta regional com um valor total de R\$ 24.976.667, destes 54 foram com recursos do BADESC (R\$ 24.476.667), e somente 1 com recursos do BNDES (R\$ 500.000).

Em 2009 o número de contratos caiu a metade. Foram 26 contratos, totalizando R\$ 17.261.816, sendo 21 com recursos próprios (R\$ 12.726.113) e 5 com recursos do BNDES (R\$ 4.535.703). Em relação ao ano anterior o BADESC reduziu o número de operações com recursos próprios e teve um pequeno aumento nas operações com recursos de repasse.

Em 2010 o número de operações voltou a cair, porém o valor destas operações aumentou. Foram apenas 15 operações totalizando R\$ 25.881.372, sendo 14 com recursos do BADESC (R\$ 21.881.372) e apenas 1 com recursos do BNDES, porém com valor significativo (R\$ 4.000.000).

No ano de 2011 o valor destas contratações chegou quase ao dobro do ano anterior. Foram 57 operações que totalizaram R\$ 45.129.876. Destas 51 foram com recursos do BADESC (R\$ 28.129.270) e 6 operações com recursos de repasse do BNDES (R\$ 17.000.606).

Em 2012 o número de operações chegou a 84, com um total de R\$ 69.266.173. Destas operações 71 foram com recursos próprios (R\$ 49.311.919) e 13 com recursos de repasse (R\$ 19.954.253).

O direcionamento destes recursos em volume de reais é apresentado no Quadro 22.

Quadro 20 - Direcionamento de recursos regional Chapecó.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
2008	R\$ 22.957.167,14	R\$ 2.019.500,00	R\$ 24.976.667,14
2009	R\$ 3.273.690,00	R\$ 13.988.126,40	R\$ 17.261.816,40
2010	R\$ 20.168.009,12	R\$ 5.713.363,00	R\$ 25.881.372,12
2011	R\$ 22.152.071,21	R\$ 22.977.805,43	R\$ 45.129.876,64
2012	R\$ 43.487.561,64	R\$ 25.778.611,41	R\$ 69.266.173,05

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em 2008, dos 55 contratos, foram 46 com o setor público, e 9 contratos com o setor privado, em valores, o setor público também contratou volumes muito maiores. No ano seguinte os destinos dos recursos foram diferentes. Dos 26 contratos, apenas 2 foram com o setor público, e os outros 24 com o setor privado.

No ano de 2010, foram 15 contratos, sendo 6 com o setor público e 9 com o privado, porém os valores contratados foram quase quatro vezes maiores pelo setor público. Em 2011 dos 57 contratos, 25 foram com o setor público e 32 com o setor privado. Porém mesmo com a diferença no número de operações, os valores em reais foram praticamente iguais para os dois setores.

No último ano desta análise o setor público foi o que mais contratou, tanto em número de operações quanto em valores de reais. Das 84 operações, o setor público foi responsável por 50 operações, e o privado pelas outras 34.

As cidades que mais contrataram na regional de Chapecó, tanto em números de contratos quanto no valor dos contratos, serão apresentadas no Quadro 23.

Quadro 21 – As cidades que mais contrataram no período em Chapecó.

ANO	Em número de contratos	Quantidade	Em volume de reais	R\$
2008	Chapecó	3	Xaxim	2.000.000
2009	Chapecó	8	Xanxerê	5.749.319
2010	Chapecó	4	Chapecó	19.176.000
2011	Chapecó	19	Ipuçu	8.987.667
2012	Concórdia	8	São Lourenço do Oeste	7.374.420

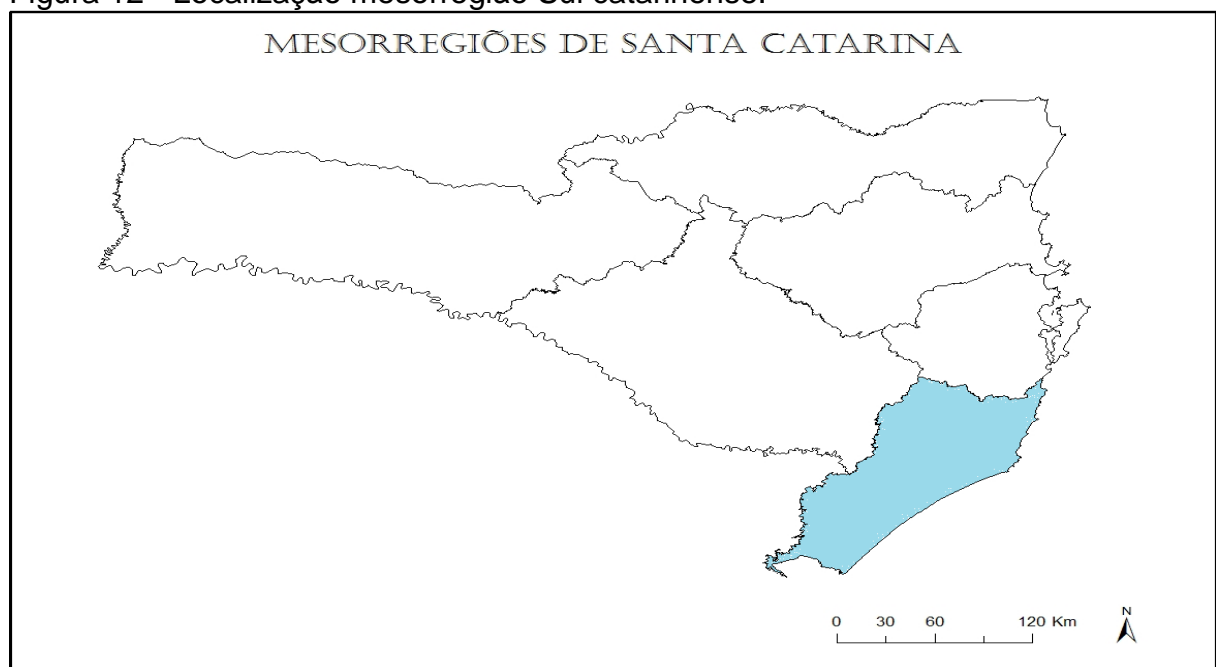
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em todo o período da pesquisa, a cidade de Chapecó foi a que mais teve operações, porém em valor de contratações, apenas em 2010 conseguiu este feito, com o maior valor do período.

4.2.3 Regional de Criciúma

A regional de Criciúma localiza-se na mesorregional Sul catarinense, conforme apresenta a Figura 12.

Figura 12 - Localização mesorregião Sul catarinense.



Fonte: Adaptado de BP blogspot (2013).

A mesorregião Sul catarinense no início de colonização, teve a agricultura como principal atividade econômica. Com o tempo a exploração de carvão dominou o cenário econômico, atingindo na década de 80 seu auge, com 11 empresas mineradoras de grande porte. Na década seguinte a mineração entrou em colapso com a liberação das importações (MATTEI, 2011).

O setor primário desta mesorregião tem papel importante para o estado. Há cultivo de milho, o arroz e o fumo, além da criação de suínos e aves e a bovinocultura de leite. Representa cerca de 11% da produção agropecuária estadual (MATTEI, 2011).

O setor secundário é bem diversificado, após a queda da exploração de carvão, avançaram as indústrias não metálicas, sendo o principal pólo cerâmico do país, influenciado pelo ramo da construção civil, e fazendo com que despontassem outros setores como a indústria metalúrgica, química, de esmalte cerâmico, de embalagens plásticas, de materiais gráficos, além da expansão da indústria do vestuário (MATTEI, 2011).

O setor terciário tem menor representatividade dentre os três setores, tendo o turismo em destaque nas cidades litorâneas, e em Gravatal com as águas termais, as atividades portuárias em Imbituba, e o comércio, sendo Criciúma e Tubarão as melhores praças comerciais (MATTEI, 2011).

Empresas desta região têm uma regional do BADESC para que possam buscar recursos a fim de implantar e ampliar seus espaços. O valor destas contratações no período 2008-2012 é apresentado no Quadro 24.

Quadro 22 - Valor dos recursos liberados na regional Criciúma.

ANO	BADESC	BNDES	TOTAL
2008	R\$ 11.251.038,66	R\$ -	R\$ 11.251.038,66
2009	R\$ 3.319.391,98	R\$ 14.221.410,00	R\$ 17.540.801,98
2010	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.829.485,00	R\$ 3.229.485,00
2011	R\$ 54.136.274,05	R\$ 359.062,00	R\$ 54.495.336,05
2012	R\$ 21.530.625,09	R\$ 32.161.088,03	R\$ 53.691.713,12

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008, foram 21 contratos firmados nesta regional com um valor total de R\$ 11.251.038, apenas com recursos do BADESC, não houve operações com recursos do BNDES neste ano.

Em 2009 foram também 21 contratos com um total de R\$ 11.251.038, porém neste ano houve operações com recursos do BNDES. Das 21 operações, 12 foram com recursos próprios (R\$ 3.319.391) e 9 com recursos do BNDES (R\$ 14.221.410). Verifica-se que apesar de haverem mais operações com recursos próprios, o maior valor em operações foi com recursos de repasse.

Em 2010 houve uma queda no número de operações, foram apenas 10, no valor total de R\$ 3.229.485, sendo 5 com recursos do BADESC (R\$ 1.400.000) e 5 com recursos do BNDES (R\$ 1.829.485).

No ano de 2011 o valor do ano anterior foi multiplicado por mais de 14 vezes. Foram 42 contratos com um total de R\$ 54.495.336. Destes 40 foram com recursos do BADESC (R\$ 54.136.274) e somente 2 com recursos de repasse (R\$ 359.062), justificando a grande diferença no valor entre as fontes.

No último ano da análise, o número de operações teve uma pequena queda, mas o valor das operações continuou o mesmo. Foram 34 operações totalizando R\$ 53.691.713, sendo 18 com recursos próprios e 16 com recursos de repasse.

Estes recursos foram direcionados entre os setores público e privado conforme apresenta o Quadro 25.

Quadro 23 - Direcionamento de recursos regional Criciúma.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
2008	R\$ 8.101.039,66	R\$ 3.149.999,00	R\$ 11.251.038,66
2009	R\$ 494.391,98	R\$ 17.046.410,00	R\$ 17.540.801,98
2010	R\$ -	R\$ 3.229.485,00	R\$ 3.229.485,00
2011	R\$ 50.981.944,05	R\$ 3.513.392,00	R\$ 54.495.336,05
2012	R\$ 13.918.625,09	R\$ 39.773.088,03	R\$ 53.691.713,12

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em 2008, dos 21 contratos, foram 11 com o setor público, e 10 contratos com o setor privado, em valores, o setor público também contratou volumes maiores. No ano seguinte dos 21 contratos, apenas 1 foi com o setor público, e os outros 20 com o setor privado. Os maiores valores das operações também foram disponibilizados para o setor privado, diferente do ano anterior.

No ano de 2010, foram 10 contratos, apenas com setor privado. Em 2011 dos 42 contratos, 15 foram com o setor público e 27 com o setor privado. Porém os valores em reais foram maiores no setor público, que teve menos operações.

No ultimo ano desta análise o setor privado foi responsável por 22 das 34 operações, e o setor público pelas 12 demais.

As cidades que mais contrataram na regional de Criciúma, tanto em números de contratos quanto no valor dos contratos, serão apresentadas no Quadro 26.

Quadro 24 – As cidades que mais contrataram no período em Criciúma.

ANO	Em número de contratos	Quantidade	Em volume de reais	R\$
2008	Criciúma	3	Cocal do Sul	1.806.342
2009	Criciúma	8	São Ludgero	10.000.000
2010	Criciúma	3	Criciúma	1.400.000
2011	Criciúma	6	Criciúma	15.804.500
2012	Criciúma	10	Criciúma	21.983.668

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em todos os anos do período da pesquisa a Cidade de Criciúma teve a maior quantidade de operações desta regional, porém em valores, nos anos de 2008 2009 foi superada por Cocal do Sul e São Ludgero, conseguindo ser a maior contratante em reais em 2010, 2011 e 2012.

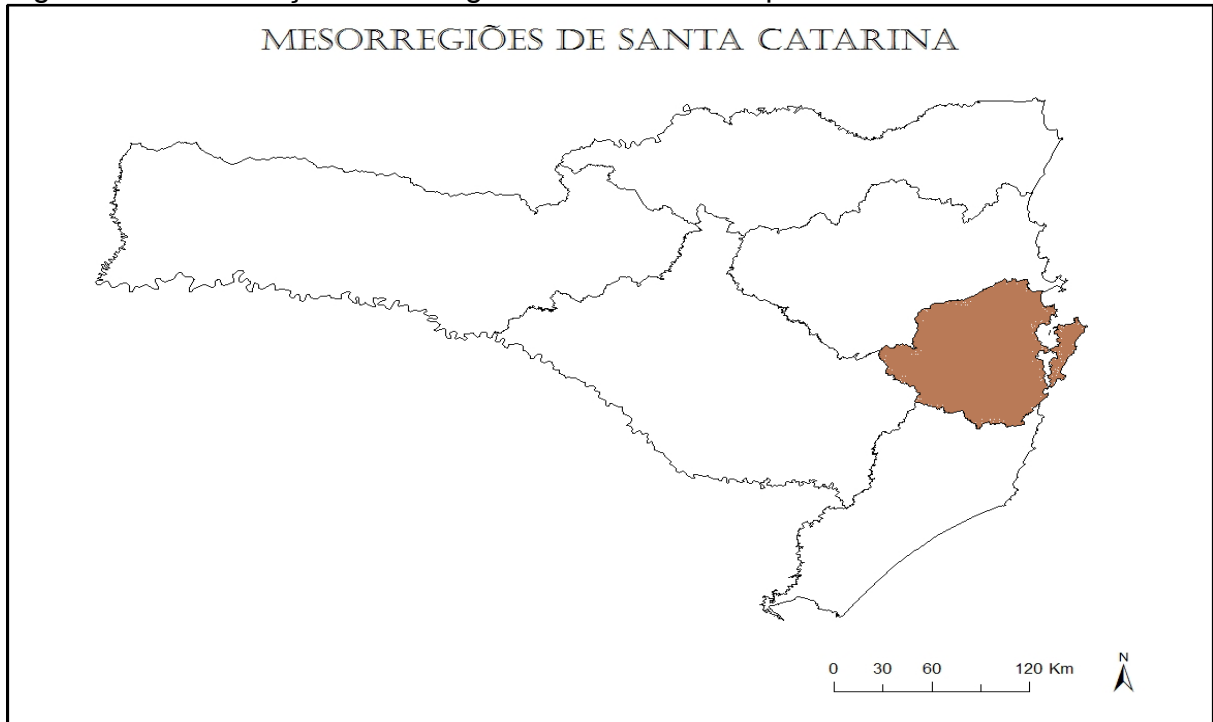
4.2.4 Regional de Florianópolis

A regional de Florianópolis localiza-se na mesorregião da Grande Florianópolis, conforme apresenta a Figura 13, onde fica a sede administrativa do estado.

No período colonial a pesca artesanal e o cultivo de produtos para a subsistência como a cultura da mandioca, a fabricação da farinha, do milho, arroz e feijão, eram as principais atividades econômicas. A industrialização teve seu início com a instalação da empresa Hoepke no século XIX, produtora de pregos e bordados (MATTEI, 2011).

No pós-guerra, a região passou por um processo de industrialização, sendo atualmente a região mais urbanizada do estado, resultado da melhoria dos serviços de infraestrutura, melhor integração com outras regiões pelo fato da localização da sede administrativa estar em Florianópolis, melhora das atividades do turismo e implantação da Universidade Federal (MATTEI, 2011).

Figura 13 - Localização mesorregião Grande Florianópolis.



Fonte: Adaptado de BP Blogspot (2013).

As atividades econômicas do setor primário têm pouca expressão, e se restringem ao cultivo de alimentos básicos que servem de alimento as famílias e ao comércio regional (MATTEI, 2011).

As atividades industriais são de pequeno porte em sua maioria e bem diversificado, com indústrias de vários setores, destacando-se atualmente o ramo tecnológico, com o desenvolvimento de tecnologia para os setores da informática, da automação industrial e de telecomunicações (MATTEI, 2011).

O setor terciário tem maior predominância sobre os demais setores econômicos nesta região. Esta predominância deve-se ao setor de turismo, que transformou a mesorregião em um dos mais importantes pólos turísticos do país, e ao setor de educação, visto que em Florianópolis encontram-se as principais universidades do estado (MATTEI, 2011).

Esta mesorregião conta com uma regional do BADESC para melhor atendimento as suas necessidades de recursos. O valor destas contratações no período 2008-2012 é apresentado no Quadro 27.

Quadro 25 - Valor dos recursos liberados na regional Florianópolis.

ANO	BADESC	BNDES	TOTAL
2008	R\$ 23.016.835,70	R\$ -	R\$ 23.016.835,70
2009	R\$ 15.595.002,54	R\$ 15.241.952,87	R\$ 30.836.955,41
2010	R\$ 35.625.077,53	R\$ 19.338.388,00	R\$ 54.963.465,53
2011	R\$ 69.390.673,81	R\$ 18.543.306,84	R\$ 87.933.980,65
2012	R\$ 33.853.358,37	R\$ 44.159.457,79	R\$ 78.012.816,16

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008, foram 34 contratos firmados nesta regional com um valor total de R\$ 23.016.835, apenas com recursos do BADESC, não houve operações com recursos do BNDES neste ano.

Em 2009 foram também 73 contratos com um total de R\$ 30.836.955, porém neste ano houve operações com recursos do BNDES. Das 73 operações, 35 foram com recursos próprios (R\$ 15.595.002) e 38 com recursos do BNDES (R\$ 15.241.952). Pode-se verificar que neste ano houve um equilíbrio entre os recursos próprios e os recursos de repasse, tanto em número de operações quanto em volume de reais.

Em 2010 houve uma grande queda no número de operações, porém o valor destas aumentou. Foram apenas 31, no valor total de R\$54.963.465, sendo 23 com recursos do BADESC (R\$ 35.625.077) e 8 com recursos do BNDES (R\$ 19.338.388).

No ano de 2011 o número de contratos dobrou em relação ao ano anterior. Foram 65 contratos com um total de R\$ 87.933.980. Destes 58 foram com recursos do BADESC (R\$ 69.390.673) e 7 com recursos de repasse (R\$ 18.543.306).

No ultimo ano da análise, o número de operações teve aumentou, mas o valor das operações diminuiu. Foram 72 operações totalizando R\$ 78.012.816, sendo 44 (R\$ 33.853.358) com recursos próprios e 28 com recursos de repasse (R\$ 44.159.457).

O direcionamento destes recursos entre os setores público e privado é apresentado no Quadro 28.

Quadro 26 - Direcionamento de recursos regional Florianópolis.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
2008	R\$ 13.033.747,45	R\$ 9.983.088,25	R\$ 23.016.835,70
2009	R\$ 3.379.295,00	R\$ 27.457.660,41	R\$ 30.836.955,41
2010	R\$ 30.800.000,00	R\$ 24.163.465,53	R\$ 54.963.465,53
2011	R\$ 43.788.488,77	R\$ 44.145.491,88	R\$ 87.933.980,65
2012	R\$ 18.879.193,68	R\$ 59.133.622,48	R\$ 78.012.816,16

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em 2008, dos 34 contratos, foram 8 com o setor público, e 26 contratos com o setor privado, em valores, o setor público contratou volumes maiores. No ano seguinte dos 73 contratos, 4 foram com o setor público, e 69 com o setor privado. Os maiores valores das operações também foram disponibilizados para o setor privado.

No ano de 2010, foram 31 contratos, sendo 2 com o setor privado e 29 com o setor público. Em 2011 dos 65 contratos, 5 foram com o setor público e 60 com o setor privado. Porém os valores em reais foram praticamente o mesmo.

No ultimo ano desta análise foram 72 operações, destas o setor público foi responsável por 11 operações e o setor privado pelas demais 61, sendo também o setor que mais contratou em reais.

As cidades que mais contrataram na regional de Florianópolis, em números de contratos e em valor dos contratos, serão apresentadas no Quadro 29.

Quadro 27 – As cidades que mais contrataram no período em Florianópolis.

ANO	Em número de contratos	Quantidade	Em volume de reais	R\$
2008	Florianópolis	8	Florianópolis	9.111.569
2009	Florianópolis	15	Florianópolis	7.813.220
2010	Florianópolis	10	Florianópolis	43.364.113
2011	Florianópolis	23	Balneário Camboriu	26.571.232
2012	Brusque	25	Florianópolis	34.826.648

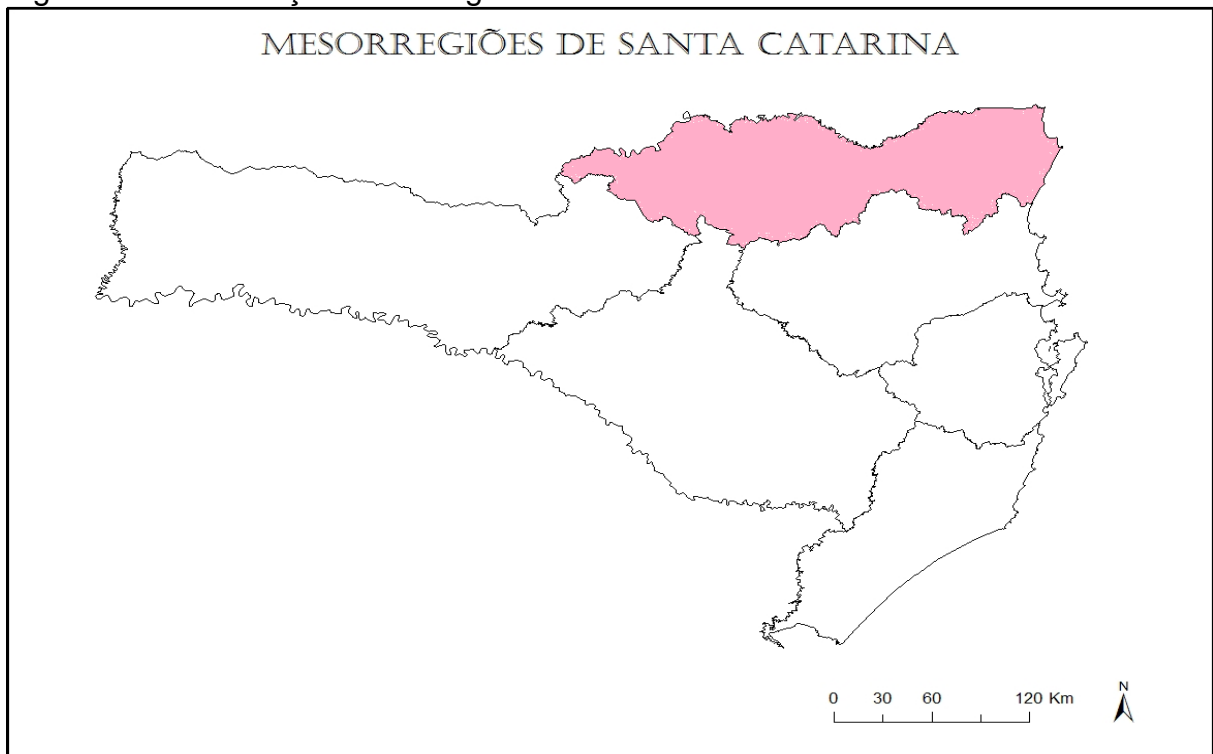
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em número de operações, a cidade de Florianópolis foi a que mais contratou de 2008 à 2011, sendo superada apenas em 2012 pela cidade de Brusque. Já em valores de operações, foi superada em 2011 pela cidade de Balneário Camboriu.

4.2.5 Regional de Joinville

A regional de Joinville está localizada na mesorregião Norte do estado, conforme apresenta a Figura 14.

Figura 14 - Localização mesorregião Norte.



Fonte: Adaptado de BP Blogspot (2013).

Joinville é a principal cidade desta mesorregião, porém São Francisco do Sul foi um dos primeiros pólos de colonização (MATTEI, 2011).

A economia no início de colonização era de subsistência, com comercialização de excedentes, e tinha como principais produtos o mate e a madeira, que foi mais explorada nas primeiras décadas do século XX. Com o tempo foram surgindo outras atividades ligadas ao processamento, transporte e comércio dessas mercadorias (MATTEI, 2011).

No final do século XIX houve um enorme crescimento do ramo metalúrgico e do ramo têxtil com a instalação de muitas empresas destes setores (MATTEI, 2011).

Posteriormente empresas de motores elétricos, de refrigeradores, de produtos sanitários, de carrocerias de automóveis, de produtos

farmacêuticos, entre outras se instalaram na região aumentando o parque fabril, e tornando-se o pólo industrial mais dinâmico do estado (MATTEI, 2011).

No setor primário os principais produtos cultivados são o arroz, banana, mandioca, criação de frangos e bovinocultura de leite. O setor tem pouca expressão na região, ainda que em São Francisco do Sul localize-se o principal porto exportador de grãos do estado (MATTEI, 2011).

O setor secundário é extremamente diversificado e competitivo, são ramos deste setor o metal mecânico, elétrico, plásticos, têxtil e confecções. Nos últimos anos também está sendo desenvolvido o setor de software (MATTEI, 2011).

O setor terciário tem destaque para o comércio e os serviços financeiros, concentrando grande parte das atividades bancárias do estado (MATTEI, 2011).

A regional do BADESC em Joinville atende as empresas da mesorregião Norte do estado. Os valores dos recursos disponibilizados no período 2008-2012 são apresentados no Quadro 30.

Quadro 28 - Valor dos recursos liberados na regional Joinville.

ANO	BADESC	BNDES	TOTAL
2008	R\$ 17.768.305,31	R\$ 8.949.999,00	R\$ 26.718.304,31
2009	R\$ 8.321.000,00	R\$ 15.964.197,78	R\$ 24.285.197,78
2010	R\$ 29.365.675,79	R\$ 1.760.000,00	R\$ 31.125.675,79
2011	R\$ 25.300.800,00	R\$ 14.562.081,03	R\$ 39.862.881,03
2012	R\$ 38.969.640,80	R\$ 25.615.426,69	R\$ 64.585.067,49

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008, foram 36 contratos firmados nesta regional com um valor total de R\$ 26.718.304, sendo 33 com recursos do BADESC (R\$ 17.768.305), e 3 com recursos do BNDES (R\$ 8.949.999).

Em 2009 foram 41 operações com um total de R\$ 24.285.197. Dessas 21 foram com recursos próprios (R\$ 8.321.000) e 20 com recursos do BNDES (R\$ 15.964.197). Em 2010 houve uma grande queda no número de operações, porém o valor destas aumentou. Foram apenas 11 operações, no valor total de R\$ 31.125.675, sendo 9 com recursos do BADESC (R\$ 29.365.675) e 2 com recursos do BNDES (R\$ 1.760.000).

No ano de 2011 o número de contratos e o valor destes voltaram a crescer. Foram 30 contratos com um total de R\$ 39.862.881, sendo que destes 18

foram com recursos do BADESC (R\$ 25.300.800) e 12 com recursos de repasse (R\$ 14.562.081).

No ultimo ano da análise, foram 29 operações totalizando R\$ 64.585.067, sendo 15 com recursos próprios (R\$ 38.969.640) e 14 com recursos de repasse (R\$ 25.615.426).

Os recursos foram distribuídos entre os setores público e privado conforme apresenta-se no Quadro 31.

Quadro 29 - Direcionamento de recursos regional Joinville.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
2008	R\$ 15.702.305,31	R\$ 11.015.999,00	R\$ 26.718.304,31
2009	R\$ 1.846.000,00	R\$ 22.439.197,78	R\$ 24.285.197,78
2010	R\$ 29.185.675,79	R\$ 1.940.000,00	R\$ 31.125.675,79
2011	R\$ 23.329.800,00	R\$ 16.533.081,03	R\$ 39.862.881,03
2012	R\$ 38.829.640,80	R\$ 25.755.426,69	R\$ 64.585.067,49

Fonte: Dados da pesquisa, (2013).

Em 2008, dos 36 contratos, foram 9 com o setor público, e 27 contratos com o setor privado, em valores, o setor público contratou volumes maiores. No ano seguinte dos 41 contratos, apenas 1 foi com o setor público, e 40 com o setor privado. Os maiores valores das operações também foram disponibilizados para o setor privado.

No ano de 2010 o número de operações teve queda, porém os valores em reais cresceram. Foram 11 contratos, sendo 6 com o setor privado e 5 com o setor público. Em 2011 dos 30 contratos, 8 foram com o setor público e 22 com o setor privado.

No ultimo ano desta análise foram 29 operações, destas o setor público foi responsável por 14 operações e o setor privado por 15. Em reais, o setor público foi o que mais contratou.

As cidades que mais contrataram na regional de Joinville, em números de contratos e em valor dos contratos, serão apresentadas no Quadro 32.

Quadro 30 – As cidades que mais contrataram no período em Joinville.

ANO	Em número de contratos	Quantidade	Em volume de reais	R\$
2008	Joinville	8	Canoinhas	5.380.000
2009	Joinville	9	Joinville	6.240.720

Continua...

Continuação...

2010	Jaraguá do Sul	3	Jaraguá do Sul	20.476.749
2011	Joinville	9	São Bento do Sul	6.500.000
2012	Canoinhas / Jaraguá do Sul	6	Jaraguá do Sul	19.748.000

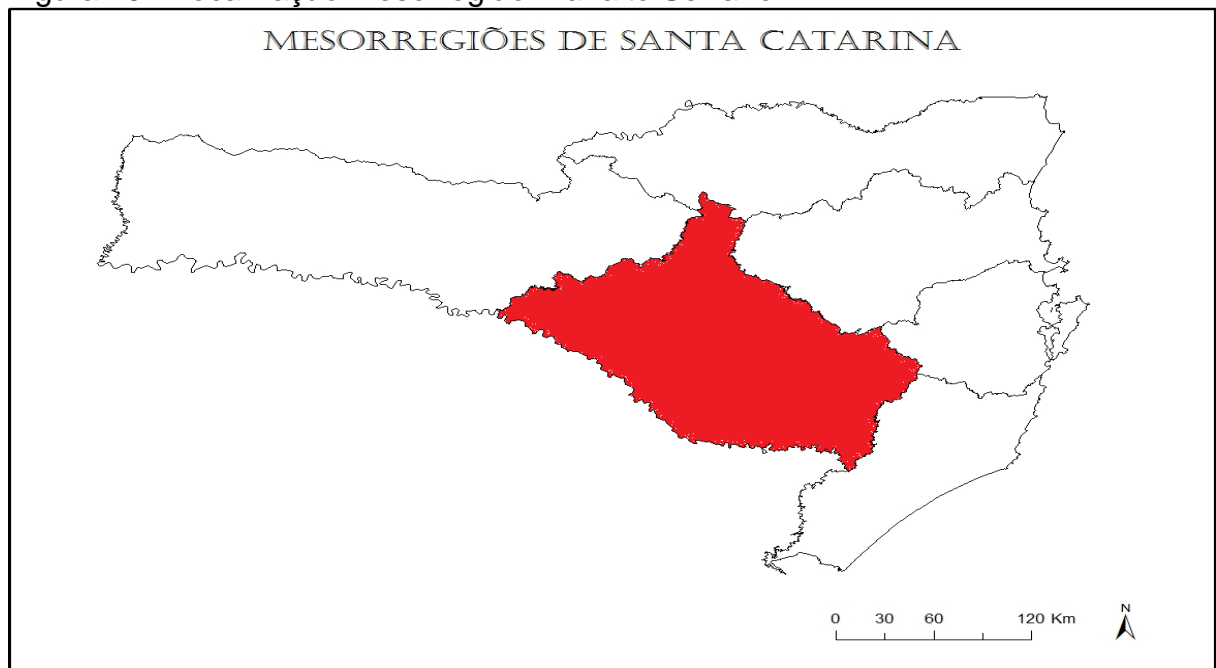
Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008 Joinville teve a maior quantia de operações, porém em valores, a cidade de Canoinhas contratou maior volume. Em 2009 Joinville foi a maior contratante tanto em número de operações quanto em volume de reais. No ano de 2010 a cidade de Jaraguá do Sul teve quantidade maior de operações e de volume em reais contratados. O ano de 2011 teve como maior efetivador de contratos a cidade de Joinville e como maior liberador de volume de reais a cidade de São Bento do Sul. Em 2012, as cidades que mais tiveram operações foram Canoinhas e Jaraguá do Sul, e esta última, foi também a que teve maior contratação em volume de reais.

4.2.6 Regional de Lages

A regional de Lages esta localizada na mesorregião do Planalto Serrano, conforme apresenta a Figura 15.

Figura 15 - Localização mesorregião Planalto Serrano.



Fonte: Adaptado de BP Blogspot (2013).

A mesorregião do Planalto Serrano teve sua economia iniciada com a produção pecuária e na exploração da madeira nativa. Em meados do século XX o setor madeireiro foi impulsionado com a instalação de empresas de grande porte nos ramos de papel e celulose na região.

No setor primário, a produção pecuária, a bovinocultura de leite, a produção de alho, maçã, milho, feijão, batata e soja.

No setor secundário, os ramos de papel e de celulose, constituem um dos segmentos industriais mais competitivos do estado. Há também a expansão do ramo da indústria moveleira.

O setor terciário apresenta atividades comerciais com menor participação relativa devido às características econômicas desta região.

Os empresários da região serrana contam com uma agência do BADESC em Lages para que tenham melhor acesso aos recursos para implantar, ampliar ou modernizar suas empresas. No período desta pesquisa, foram contratados os volumes apresentados no Quadro 33.

Quadro 31 - Valor dos recursos liberados na regional Lages.

ANO	BADESC	BNDES	TOTAL
2008	R\$ 5.353.087,04	R\$ 3.000.000,00	R\$ 8.353.087,04
2009	R\$ 3.500.600,00	R\$ 4.365.000,00	R\$ 7.865.600,00
2010	R\$ 10.405.420,04	R\$ 2.000.000,00	R\$ 12.405.420,04
2011	R\$ 32.341.769,78	R\$ 8.226.090,72	R\$ 40.567.860,50
2012	R\$ 31.624.350,00	R\$ 8.017.362,68	R\$ 39.641.712,68

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No ano de 2008, foram 12 contratos firmados nesta regional com um valor total de R\$ 8.353.087, sendo 11 com recursos do BADESC (R\$ 5.353.087), e 1 com recursos do BNDES (R\$ 3.000.000).

Em 2009 foram 9 operações com um total de R\$ 7.865.600. Dessas 7 foram com recursos próprios (R\$ 3.500.600) e 2 com recursos do BNDES (R\$ 4.365.000). Em 2010 foram 7 operações, no valor total de R\$ 12.405.420, sendo 6 com recursos do BADESC (R\$ 10.405.420) e 1 com recursos do BNDES (R\$ 2.000.000).

No ano de 2011 o número de contratos foi 4 vezes maior que o ano anterior. Foram 30 contratos com um total de R\$ 40.567.860, sendo que destes 22 foram com recursos do BADESC (R\$ 32.341.769) e 8 com recursos de repasse (R\$

8.226.090). No ultimo ano da análise, foram 54 operações totalizando R\$ 39.641.712, sendo 28 com recursos próprios (R\$ 31.624.350) e 26 com recursos de repasse (R\$ 8.017.362).

Os recursos foram distribuídos entre o setor público e privado conforme se apresenta no Quadro 34.

Quadro 32 - Direcionamento de recursos regional Lages.

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	TOTAL
2008	R\$ 4.663.087,04	R\$ 3.690.000,00	R\$ 8.353.087,04
2009	R\$ 648.600,00	R\$ 7.217.000,00	R\$ 7.865.600,00
2010	R\$ 8.275.420,04	R\$ 4.130.000,00	R\$ 12.405.420,04
2011	R\$ 16.639.250,82	R\$ 23.928.609,68	R\$ 40.567.860,50
2012	R\$ 21.279.350,00	R\$ 18.362.362,68	R\$ 39.641.712,68

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em 2008, dos 12 contratos, foram 8 com o setor público, e 4 contratos com o setor privado. No ano seguinte dos 9 contratos, 2 foram com o setor público, e 7 com o setor privado. Os maiores valores das operações também foram disponibilizados para o setor privado.

No ano de 2010 o número de operações foi 7, sendo 4 com o setor privado e 3 com o setor público. Em 2011 dos 30 contratos, 13 foram com o setor público e 17 com o setor privado.

No ultimo ano desta análise foram 54 operações, destas o setor público foi responsável por 22 operações e o setor privado por 32. Em reais, o setor público foi o que mais contratou.

As cidades que mais contrataram na regional de Lages, em números de contratos e em valor dos contratos, serão apresentadas no Quadro 35.

Quadro 33 - As cidades que mais contrataram no período em Florianópolis.

ANO	Em número de contratos	Quantidade	Em volume de reais	R\$
2008	Otacílio Costa	2	Campos Novos	3.000.000
2009	Lages	3	Videira	4.000.000
2010	Caçador / Lages	2	Lages	6.223.520
2011	Rio do Sul	8	Caçador	10.361.343
2012	Rio do Sul	13	Videira	9.535.000

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Em 2008 a cidade de Otacílio Costa teve mais operações, porém em valores a cidade de Campos Novos foi a que mais contratou. Em 2009 A cidade de

Lages teve mais operações e Videira maior volume de contratações em reais. Em 2010 as cidades de Caçador e Lages tiveram a maior quantidade de operações, sendo que Lages também foi a maior contratante em volume de reais. Em 2011 e 2012 a cidade de Rio do Sul teve a maior quantidade de operações, porém em valores de contratos, as cidades de Caçador e Videira respectivamente, foram as que mais contrataram.

4.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O Quadro 36 apresenta de forma sistemática, uma síntese dos principais dados obtidos com a pesquisa.

Quadro 36 – Síntese dos resultados da pesquisa.

Número de contratos									
2008		2009		2010		2011		2012	
BADESC	BNDES	BADESC	BNDES	BADESC	BNDES	BADESC	BNDES	BADESC	BNDES
172	13	104	89	71	23	245	41	218	126
Valor de contratações em R\$									
2008		2009		2010		2011		2012	
BADESC	BNDES	BADESC	BNDES	BADESC	BNDES	BADESC	BNDES	BADESC	BNDES
100.313.515	16.409.999	50.784.883	87.071.163	127.305.171	35.454.173	258.557.918	76.529.985	249.484.411	171.372.407
Contratações por setor									
2008		2009		2010		2011		2012	
Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
96	89	11	182	24	70	81	205	136	208
Valor de contratações por setor em R\$									
2008		2009		2010		2011		2012	
Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
82.258.928	34.464.586	10.271.977	127.584.071	116.180.231	46.579.114	194.537.247	140.550.657	196.203.744	224.653.075
Regional com maior número de contratações									
2008		2009		2010		2011		2012	
Chapecó	55	Florianópolis	73	Florianópolis	31	Florianópolis	65	Chapecó	84
Regional com maior número de contratações em R\$									
2008		2009		2010		2011		2012	
Joinville	26.718.304	Blumenau	40.065.676	Florianópolis	54.963.465	Florianópolis	87.933.980	Blumenau	115.659.336

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou e analisou as principais linhas de financiamento disponibilizadas pelo BADESC no período compreendido entre 2008 e 2012, com recursos próprios e com recursos de repasse do BNDES.

As diferenças de produtividade e renda das regiões brasileiras fortalecem as desigualdades econômicas entre elas. É nas regiões com maiores dificuldades que são necessários os bancos de desenvolvimento, pois há pouco interesse de bancos privados em atender estas regiões, principalmente com recursos de longo prazo, por serem transações financeiras de alto risco.

O BNDES foi criado para executar o projeto de desenvolvimento do Brasil, e atender a necessidade de recursos de longo prazo, sendo o principal responsável por obter e repassar recursos para viabilizar o crescimento econômico os anos 1950.

Para atender todas as regiões brasileiras, o BNDES trabalha com instituições financeiras credenciadas, em âmbitos regionais e estaduais. Na região sul do Brasil, o BRDE atende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Santa Catarina conta ainda com uma instituição de nível estadual, o BADESC, que teve suas contratações como tema deste estudo.

A análise mostrou que o BADESC trabalha com recursos próprios e privados, sendo que o maior número de contratos anuais foram efetivados com recursos próprios, bem como os valores liberados, que também foram disponibilizados em maior quantidade com recursos próprios.

Apesar de o setor privado ser responsável pela maioria dos contratos com o BADESC, é o setor público que recebe maior volume de recursos em reais.

Na maioria das vezes, as cidades que tem maior número de contratos são as que têm a agência regional do BADESC instalada. Este fato pode ocorrer por ser mais fácil o acesso dos empresários à agência, e também melhor divulgação.

Conclui-se com os dados apresentados que a existência de bancos e agências de desenvolvimento é de suma importância para o desenvolvimento econômico e social de uma região. Os investimentos em empresas, além de aumentar a produtividade, e assim aumentar a economia local, geram mais empregos para a população.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.

ARAÚJO, Marcelo Augusto Pontes de. **O papel do BNB/FNE na economia nordestina pós 1990**. 2010. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <http://bdtd.bczm.ufrn.br/tde_arquivos/15/TDE-2010-11-10T004220Z-3027/Publico/MarceloAPA_DISSERT.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

BADESC. **Instituição**. O BADESC. [2013a]. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

_____. **Linhas de crédito**. Como operamos. [2013b]. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

BADESC. **Linhas de crédito**. Linhas de crédito. [2013c]. Disponível em: <<http://www.badesc.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 93**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1968/pdf/res_0093_v1_O.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2013.

BERNI, Mauro Tadeu. **Operação e concessão de crédito: os parâmetros para a decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1999.

Blogspot; Bp. **Mesorregiões de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://1.bp.blogspot.com/-KF1GFjkvZYM/UAYEG-c2wI/AAAAAAAAAu0/dUQ-Xz3DIqc/s1600/Mesorregi%25C3%25B5es+de+SC+sem+nomes.png>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

BNDES. **Um banco de história e do futuro**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

_____. **Produtos**. BNDES Automático. [2013a]. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/BNDES_Automatico/index.html> Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Produtos**. BNDES Finame. [2013d]. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINAME_Maquinas_e_Equipamentos/index.html> Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programas e fundos.** BNDES Progeren. [2013c]. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/progeren.html> Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Programas e fundos.** BNDES PSI. [2013b]. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Psi/index.html> Acesso em: 20 de ago. 2013.

_____. **Relatório anual 2012.** [2012a]. Disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual2012.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica:** para uso de estudantes universitários. 3. ed. São Paulo: McGraw-hill do Brasil, 1983.

COSTA, Fernando Nogueira da; DEOS Simone Silva de. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. **Anál. Econ.**, Porto Alegre, v. 20, n. 38, set. 2002. Semestral. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10689>>. Acesso em: 14 maio 2013.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

FIESC. FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina em Dados** / Unidade de Política Econômica e Industrial. Florianópolis: FIESC, 2012.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Desafios do financiamento de longo prazo no Brasil. **Boletim de economia.** São Paulo, maio 2011. Disponível em:
<http://novo.fundap.sp.gov.br/arquivos/pdf/Boletim4_tema_desafios%20financ.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

GARTNER, Ivan Ricardo. **Análise de projetos em bancos de desenvolvimento.** Florianópolis: UFSC, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE:** contas nacionais trimestrais. [S.l.]: IBGE. out. /dez. 2012. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2012/pib-vol-val_201204caderno.pdf> Acesso em: 02 abr. 2013.

_____. **Contas nacionais:** contas regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro, n. 38. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/contasregionais2010.pdf> Acesso em: 02 abr. 2013.

_____. **Sala de imprensa.** Em 2012, PIB cresce 0,9% e totaliza R\$ 4, 403 trilhões. Disponível em:
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2329&busca=1&t=2012-pib-cresce-0-9-totaliza-r-4-403-trilhoes>> Acesso em: 02 abr. 2013.

_____. **Sala de imprensa.** Região Norte aumenta participação no PIB nacional. Disponível em:
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2265>> Acesso em: 21 jun. 2013.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2011:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2012. 2 v.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, Alexandre de Santana. **A atuação do BNDES no desenvolvimento econômico brasileiro:** 1952-2002. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LIMA, Antônio Ernani Martins. **O sistema de crédito ao desenvolvimento:** fundamentos, estrutura e evolução. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 11, n. 2, 1991. Semestral. Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/838/1110>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

MATTEI, Lauro. **Economia catarinense:** crescimento com desigualdades regionais. Florianópolis (SC): Anais do V Encontro de Economia Catarinense, 2011. Disponível em:
<http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sesoes_tematicas/Desenvolvimento%20e%20meio%20ambiente/ECONOMIA%20CATARINENSE%20CRESCIMENTO%20COM%20DESIGUALDADES%20REGIONAIS.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2013.

PINHEIRO, José Maurício Dos Santos. **Da iniciação científica ao tcc:** uma abordagem para os cursos de tecnologia. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

PINTO, Ádila Maria Barbosa. **Avaliação da geração de emprego nas indústrias de calçados do Nordeste financiadas pelo Banco do Nordeste do Brasil de 1998 a 2006.** 2008. 73 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração:** guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. A Moeda, o Crédito e o Financiamento da Produção. **Estud. av.**, São Paulo, v.15, n. 41, abril de 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2013.

SANTOS, José Evaristo dos. **Mercado financeiro brasileiro: instituições e instrumentos.** São Paulo: Atlas, 1999.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE. SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Santa Catarina em Números:** Santa Catarina. Florianópolis: SEBRAE, 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Documento-Estadual.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2013.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

WILSON, João José. **O Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A. - BADESC, no campo sócio econômico.** 1988. 107 f. Monografia (Bacharel) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.